

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TSUGIE KAWANO OYAMA

**O PEQUENO ESTABELECIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR
EM MARINGÁ - PR**

Maringá
2014

TSUGIE KAWANO OYAMA

**O PEQUENO ESTABELECIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR
EM MARINGÁ - PR**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

Maringá
2014

TSUGIE KAWANO OYAMA

**O PEQUENO ESTABELECIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR
EM MARINGÁ - PR**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Orientador – UEM: Prof. Dr. Elpídio Serra

Membro Convidado – UEM: Prof. Dr. Hélio Silveira

Membro Convidado – UEM: Prof^a MS. Yolanda Shizue Aoki

Maringá
2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me iluminado durante esta caminhada, por ter me proporcionado saúde e força em todos os momentos da minha vida e por me permitido a realização de mais uma conquista.

Em especial, agradeço carinhosamente ao professor Dr. Elpídio Serra, que me acolheu e me orientou com grande competência, sabedoria, paciência, amizade e confiança na execução deste trabalho. Foi uma grande honra tê-lo como meu orientador.

Aos professores do curso de Geografia da UEM, pelo convívio, pelo apoio, pela amizade e pelos seus valiosos conhecimentos científicos compartilhados, em especial o professor Hélio Silveira e a professora Yolanda S. Aoki.

Aos companheiros (as) desta jornada acadêmica, pela grande amizade, pelo companheirismo em todos os momentos, em especial a Fabiana P. Barros, Juliana C. Venturini, Angélica Herculí e Maria de Fátima Borges.

Ao meu filho Anderson S. Oyama, que sempre esteve ao meu lado e compreendeu as minhas horas ausentes em função deste curso de graduação; que entendeu a importância deste estudo para o meu projeto de vida profissional.

Ao meu pai Kawano Toshiki, à minha mãe Hideco T. Kawano (in memoriam), pelo amor incondicional que sempre tiveram por mim e pelos meus irmãos. Manifesto o meu sentimento de gratidão pelo exemplo de vida que me deram.

Ao meu irmão Carlos Kawano, pelo carinho, pelo incentivo e pelo apoio que sempre me proporcionou.

A todas as pessoas que aqui não foram citadas, mas que de alguma forma estiveram e estão próximas a mim e que, direta ou indiretamente, contribuíram ao longo do curso de Geografia.

Os meus sinceros agradecimentos a todos!

RESUMO

O presente trabalho analisa o surgimento e as transformações da pequena propriedade e da agricultura familiar no Norte do Paraná, mais especificamente no município de Maringá, valorizando o seu processo histórico e sua situação atual. Os objetivos específicos foram apresentar os fenômenos responsáveis pela crise da pequena propriedade rural no Norte do Paraná e em Maringá, verificar as condições de manutenção da pequena propriedade e analisar o Censo Agropecuário e Demográfico do município. A metodologia adotada consistiu em uma análise bibliográfica e em levantamentos de dados no órgão governamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Para o entendimento da formação da pequena propriedade de Maringá, foram apresentadas as políticas de terra e a colonização dirigida realizada pelo Governo Estadual e por companhias colonizadoras, especificamente a de maior expressão por se tratar da extensão em área loteada, que foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posteriormente designada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Foram verificadas as estratégias que essa companhia colonizadora utilizou para disponibilizar o acesso à terra, permitindo que os trabalhadores, muitos dos quais tinham apenas o dinheiro da entrada, pudessem efetuar o restante do pagamento do seu lote em pequenas prestações. A partir da década de 1960, com o encontro das frentes pioneiras, com o esgotamento das terras devolutas e com a incorporação de instrumentos produtivos modernos para fins de aumento da produção agrícola na obtenção de lucros, o espaço rural tornou-se um produtor agropecuário moderno voltado ao agronegócio, atingindo o pequeno proprietário de terras, baseado no trabalho familiar. Entretanto, apesar de esse pequeno proprietário ter passado por tantos contratemplos, foi constatado, através de dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), que atualmente a maioria dos imóveis rurais em Maringá é caracterizada pelo regime de agricultura familiar.

Palavras-chave: Pequena propriedade. Concentração fundiária. Agricultura familiar. Maringá.

ABSTRACT

This work analyzes the emergence and the transformation of the small property and the family farming in the Northern of Paraná, more specifically in Maringá, valuing their historical process and its current situation. The specific objectives were to present the phenomena responsible for the small farm crisis in northern Paraná and Maringá, check the small property maintenance conditions and analyze the Agricultural Census and the municipality. The methodology adopted in this research consisted of a literature review as data collection and governmental information survey, such as IBGE and IPARDES. To understand the formation of the small estate in Maringá, land policies were presented, as well as subjects related to the assisted colonization conducted both by the State Government and the colonizing companies, specifically the most important one called the Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), later designated Improvement Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Strategies that colonizing company used to provide access to land were found, allowing workers, many of whom had only the money input, could make the remaining payment of your lot in small installments. From the 1960, with the meeting of pioneer fronts, with the depletion of vacant land and the incorporation of modern for the purpose of increasing agricultural production in obtain more profits the countryside became a modern agricultural space, viewing the agribusiness, reaching the small landowner, based on family labor. However, despite this small owner have gone through so many setbacks, it was found, using data from the IBGE Agricultural Census (2006), currently the majority of the rural properties in Maringá is characterized by the family farming system.

Keywords: Small property. Land concentration. Family farming. Maringá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização e limites do Município de Maringá-PR.....	11
Figura 2: Mapa Limites do Município de Maringá-PR.....	12
Figura 3: Mapa da área colonizada pela CTNP e sua sucessora CMNP.....	18
Figura 4: Divisão do Norte do Paraná segundo a geografia dos anos 1950....	22
Figura 5: Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP.....	26
Figura 6: Gráfico - Lotes Rurais vendidos por área em Maringá de 1938 - 1973.....	44
Figura 7: Gráfico - Evolução das principais formas de utilização das terras (hectares) em Maringá de 1970, 1995/96 e 2006.....	52
Figura 8: Gráfico - População urbana e rural em Maringá de 1950 – 2010....	57
Figura 9: Vista aérea parcial de Maringá (1950, 2003 e 2014).....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Utilização das terras (unidades/hectares) em relação aos grupos da agricultura familiar em Maringá - 2006.....	53
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura Fundiária: Estabelecimentos agropecuários por grupo de área (hectares) e número de estabelecimento (unidades) em Maringá.....	49
Tabela 2: Número de Estabelecimentos Agropecuários segundo a condição do produtor em relação à Agricultura Familiar e não familiar-2006..	50
Tabela 3: Área de Estabelecimentos Agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar não familiar-2006.....	50
Tabela 4: Utilização das terras (unidades/hectares) em Maringá nos anos de 1970, 1995/96 e 2006.....	52
Tabela 5: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura familiar-2006....	54
Tabela 6: Distribuição da População Rural e Urbana em Maringá (1950 – 2010).....	55

LISTA DE SIGLAS

AIAF -	Ano Internacional da Agricultura Familiar
CAI -	Complexo Agroindustrial
CMNP-	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COAMO -	Agroindustrial Cooperativa
COCAMAR -	Cooperativa de Cafeicultores e Pecuáristas de Maringá
COCARI-	Cooperativa Agropecuária Industrial
CODESUL -	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
CTNP-	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMBRAPA -	Instituto Agrônômico do Paraná
FAO -	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
IAPAR-	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES -	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ONU -	Organização das Nações Unidas
PAA-	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB -	Produto Interno Bruto
PNPB -	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – PR	10
2	ASPECTOS FÍSICOS E SOCIOECONÔMICO DE MARINGÁ	12
3	BREVE CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANENSE	14
3.1	ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO.....	19
3.2	DIVISÃO REGIONAL.....	21
3.3	OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA TERRA A PARTIR DOS ANOS 1960.....	23
4	ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO NORTE DO PARANÁ	24
4.1	CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	28
4.2	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
4.3	A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE NO PARANÁ DECORRENTE DA CRISE DO CAFÉ.....	37
5	COLONIZAÇÃO DE MARINGÁ E A PEQUENA PROPRIEDADE	39
5.1	ATIVIDADE ECONÔMICA EM MARINGÁ.....	41
5.2	A PEQUENA PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	42
5.3	MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.....	45
6	ANÁLISE DO CENSO AGROPECUÁRIO E DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ	48
6.1	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MARINGÁ, PERÍODO DE 1970 - 2006.....	48
6.2	NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.....	50
6.3	UTILIZAÇÃO DA TERRA EM MARINGÁ.....	51
6.3.1	Utilização da terra pela agricultura familiar em Maringá, período de 2006	53
6.4	PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.....	54
6.5	POPULAÇÃO RURAL E URBANA.....	55
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	61
	BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.....	61
	ANEXO 1	67

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a pequena propriedade no município de Maringá, na região Norte Novo do estado do Paraná, desde a sua origem até o momento atual. A estrutura da pequena e média propriedade rural do Norte do Paraná e, conseqüentemente, de Maringá, foi a estratégia adotada pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa companhia dividiu em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires e vendeu em suaves prestações, atraindo muitas famílias sem terras, desta forma, tiveram a possibilidade de comprar pequenos lotes e pagá-los parceladamente até mesmo com sua própria produção de café.

Entretanto, a partir da década de 1960, com o esgotamento do estoque das terras devolutas, ocorreu a diminuição da oferta de áreas virgens e, conseqüentemente, a valorização das áreas já ocupadas ou já apropriadas (SERRA, 2001, p. 48-49).

Nessa mesma época, ou seja, a partir de 1960, o Brasil passa por mudanças na questão agrária em função da modernização da agricultura, ocorrendo no campo transformações, tais como: a substituição do trabalhador assalariado e/ou temporário pelas inovadoras e modernas máquinas; o incentivo cada vez maior da produção de grãos para o mercado externo; a produção em grande escala e a concentração fundiária. Sendo assim, esses fatores conjunturais, estruturais, circunstanciais e locais é que favoreceu “ao processo de substituição de culturas e simultaneamente, ao de modernização agrícola no Norte do Paraná” (MORO, 1991, p. 100). Para tanto, com a modernização da agricultura, houve pequenos produtores que acabaram entrando em crise, pois eles não possuíam condições financeiras para se adequarem ao novo modelo de produção.

Diante desse fato, esta pesquisa se propõe a apresentar de que modo se encontra atualmente a pequena propriedade em Maringá. Esse tema foi motivado pela importância histórica da pequena propriedade da região Norte paranaense e de Maringá. Além disso, interessa-nos a categoria dos pequenos proprietários que, apesar de passar por tantas crises, ainda subsiste e utiliza estratégias para sobreviver diante de tantos contratemplos.

Este trabalho foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos de autores que tratam dessa temática. Está fundamentado na publicação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), que tratou da colonização do Norte do Paraná; em Serra (1986; 1991; 2001; 2009), que pesquisou a questão da ocupação da terra, a crise agrária, a modernização da agricultura, entre outras questões rurais; em Moro (1991) que está relacionado com a modernização da agricultura e da substituição da cultura no Norte do Paraná; em Tedesco (2001), que pesquisou a agricultura familiar e criticou as transformações na agricultura, ocorridas após 1970, pois elas só favoreceram as grandes propriedades; em Luz (1980; 1997), que abordou a história do Norte do Paraná e o fenômeno urbano de Maringá.

Este trabalho também está embasado em levantamento e em interpretação de dados secundários dos Censos Agropecuários e Demográficos realizados pelo IBGE, obtendo-se no final um alinhamento qualitativo e quantitativo.

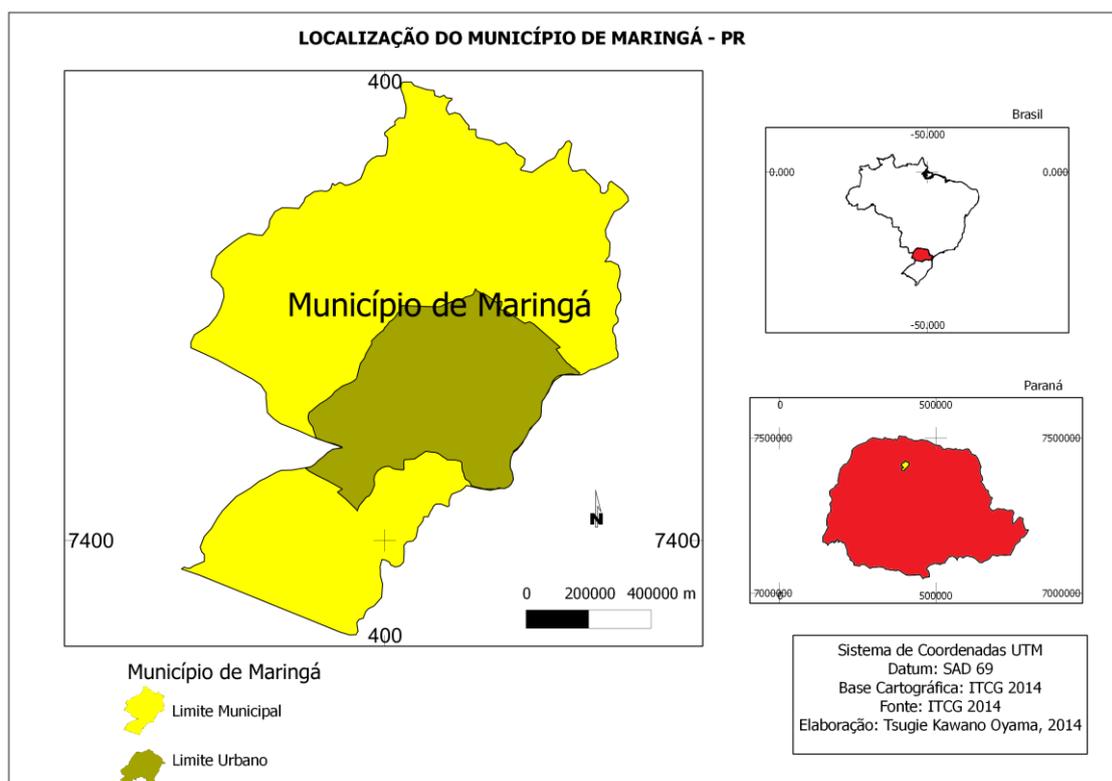
Para atingir o objetivo proposto, foi desenvolvida por intermédio de uma abordagem focalizada nas transformações ocorridas na pequena propriedade familiar, considerando as fases mais significativas e analisando desde a formação da pequena propriedade e seus desdobramentos até o momento atual em Maringá. Para tanto, primeiramente foi realizado um breve contexto da colonização do norte paranaense; na sequência, são apresentadas a origem e a evolução da pequena propriedade no Norte do Paraná e é abordada a colonização de Maringá, assim como a pequena propriedade desse município; e, por fim, é analisado o Censo Agropecuário e Demográfico divulgado pelo IBGE do ano de 2006, do município de Maringá.

1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – PR

O município de Maringá (Figura 1) situa-se na região Sul do Brasil, ao Norte do estado do Paraná, entre as coordenadas 23°15'15" e 23°33'27" de

latitude sul e $51^{\circ}50'05''$ e $52^{\circ}05'59''$ de longitude oeste e está cortado pelo Trópico de Capricórnio. Sua altitude média varia entre 500 e 600m e possui uma área territorial de 486,433km², com um grau de urbanização de 98,20% (IPARDES, 2013). A sua densidade demográfica é de 793,02ha/km² e sua população está estimada em 357.077 habitantes, dos quais 6.424 residem na área rural e 350.653 residem na área urbana (IBGE, 2010). Em agosto de 2014, foram divulgadas atualizações do novo Censo Demográfico e consta que Maringá possui uma população estimada em 391.698.

Figura 1: Mapa de localização e limites do Município de Maringá - Pr



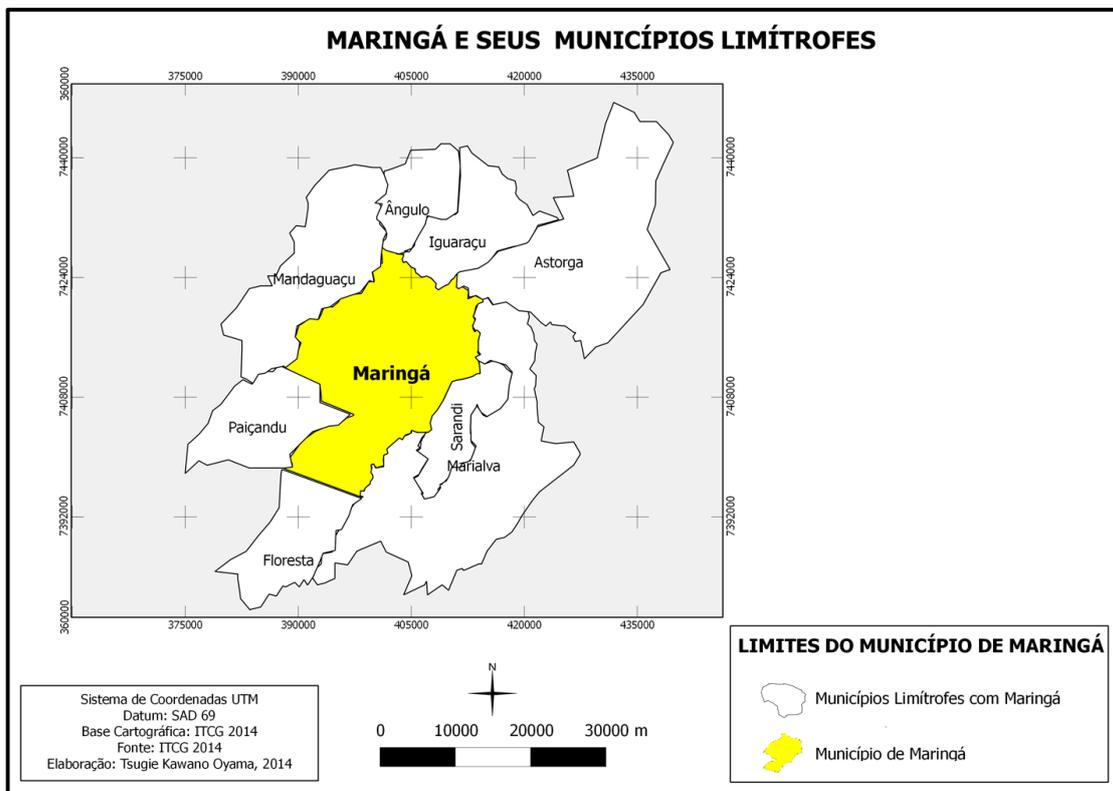
Nota: Base Cartográfica ITCG (2014).

Elaboração: Oyama, T. K. 2014.

Maringá é polo de uma Região Macroeconômica que abrange 25 municípios (Astorga, Ângulo, Doutor Camargo, Floresta, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu, Sarandi, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí), com uma população de mais de 700 mil habitantes. Tem como limites

de seu município as cidades de Ângulo, Iguaraçu, Astorga, Sarandi, Marialva, Floresta, Paçandu e Mandaguçu (IPARDES, 2013). Conforme a figura 2.

Figura 2: Mapa de limites do Município de Maringá-PR



Nota: Base Cartográfica ITCG (2014).
Elaboração: Oyama, T.K. 2014.

2 ASPECTOS FÍSICOS E SOCIOECONÔMICO DE MARINGÁ

Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947 e emancipada em 1951 (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 311). É formada por uma miscigenação étnica, que conta com a predominância das colônias alemã, árabe, japonesa, portuguesa e italiana, as quais migraram de regiões do próprio estado do Paraná onde já estavam instaladas.

O município caracteriza-se pela presença de rochas ígneas, vulcânicas, predominantemente básicas, isto é, os basaltos da formação Serra Geral (NAKASHIMA; NÓBREGA, 2003). Associado à decomposição do basalto, os

solos predominantes no município é o Latossolo Roxo (atual Latossolo Vermelho Distroférico) e Terra Roxa Estruturada (atual Nitossolo Vermelho Eutroférico), conhecido popularmente por terra roxa (EMBRAPA-IAPAR, 1991). As características desses solos se devem ao clima úmido que contribui com o processo químico na degradação da rocha. Entretanto, conforme a sua localização, em topografia plana (Latossolo) ou mais acidentada (Neossolo regolítico e o Nitossolo).

De acordo com a CMNP (1975, p. 35), “A região comumente chamada de Norte do Paraná pode ser definida como a soma territorial dos vales muito férteis formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema”. Essa região possui relevo suave – sua altitude varia de 400 a 700m – colinas suaves e vales não muito profundos. As terras roxas férteis (Nitossolo) se estendem em algumas regiões brasileiras como em São Paulo, Paraná e Amazônia. Esse solo é derivado da decomposição química, física e biológica de diferentes tipos de basaltos, relacionados com os grandes derrames de lava ocorridos por volta do Cretáceo Inferior há cerca de 180 milhões de anos (CMNP, 1975, p. 214-215).

O clima de Maringá, segundo Maack (1968), é subtropical úmido - Cfa (clima mesotérmico úmido, de verão quente). De acordo com Galvani e Klosowki¹ (1998), os dados médios de chuva para Maringá caracterizam essa região com duas estações: uma chuvosa, com início em setembro e término em maio do ano seguinte e outra, ligeiramente seca, nos meses de inverno.

Os solos do município, apresentam boas condições físicas e um relevo muito favorável à mecanização. Possuem elevada capacidade de retenção de água e boa permeabilidade. Quanto à vegetação primária, as florestas remanescentes são do tipo floresta estacional semidecidual, formadas por árvores de médio a grande porte (RODERJAN *et al.*, 2002).

Quanto ao aspecto socioeconômico de Maringá, a composição do Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2003, apresentava-se com uma distribuição relativamente equilibrada, com o setor de serviços correspondendo a 56,0%, a agropecuária a 2,4% e a indústria a 41,6% do total produzido

¹GALVANI, E; PEREIRA, A.R. KOLOSOWSKI, E.S. 1998. Relações entre o índice de Oscilação Sul (IOS) e o total mensal de chuva em Maringá-PR. **Revista Acta Scientiarum**. 20(4): 531-535.

(IPARDES, 2006).

3. BREVE CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANENSE

A ocupação definitiva do território do Norte do Paraná teve início a partir de 1925 e, desde então, ocorreu um processo acelerado de ocupação dessa região. Tavares *et al* (1979) mencionam que a colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado.

Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado. Nos casos em que as atividades agrícolas constituem o objetivo da ocupação da área, colonização pode dar origem a um conjunto de pequenas propriedades, desde que a área que cada unidade familiar pode ocupar seja limitada, ou então ensejar o aparecimento de um conjunto de plantations, se não houver limite prefixado para a ocupação da terra (TAVARES *et al.*, 1979, p. 17-18).

A colonização é um instrumento da política agrária, de acesso à propriedade rural, preconizada no Estatuto da Terra, no art. 5º do Decreto 59.428/66, conceituando-se como

tôda [sic] atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais [sic], através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acôrdo [sic] com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela prevista (BRASIL, 1966).

Nesse sentido, de acordo com Tavares *et al* (1979), verificou-se que a colonização envolve uma série de relações, entre repartição, ocupação, desenvolvimento econômico, valorização da área etc, ou seja, o conceito de colonização atualmente valoriza a questão socioeconômica da área adquirida.

Ao contrário do que se encontra na história da região Norte paranaense, as terras aqui existentes não eram áreas desabitadas, pois há registros de diversas tribos, tais como Xetá e Guaranis, que faziam parte do grupo linguístico Tupi, e os Kaingangs, que pertenciam ao grupo Jê (SILVA *et al.*, 2001).

Segundo Tomazi (1997), em todos os relatos antes da década de 40 do século XX, sempre houve afirmações da existência indígena em todos os quadrantes da região Norte do Paraná. De acordo com o autor, não se pode falar em ocupação do território, e sim em reocupação, pois, antes de os colonizadores brancos chegarem, as terras eram habitadas por grupos indígenas que foram sendo expulsos com a chegada da frente pioneira².

No século XVII, a região Norte do Paraná foi ocupada pelos jesuítas espanhóis, que fundaram as missões, ou seja, aldeias que abrigavam os índios catequizados. Em 1855, à margem direita do Tibagi, por razões políticas, foi fundada a Colônia Militar de Jataí; que tinha a função de estabelecer ligação com o Mato Grosso, atuando como posto militar avançado de segurança da área frente ao Paraguai (CODESUL, 1976, p. 33). Serra (1991), também converge para esse assunto:

Os primeiros indícios de povoamento do Norte do Paraná remontam ao século XVII através das missões religiosas instaladas por Jesuítas. (...).

(...) Outro registro de ocupação humana, antes do avanço efetivo da frente pioneira, data da segunda metade do século XIX e teve objetivos militares (SERRA, p. 27-28).

Posteriormente, o Norte do Paraná foi habitado por caboclos, safristas e posseiros. A partir de 1860, com o objetivo de explorar economicamente a região, fazendeiros paulistas e mineiros formaram as primeiras fazendas de café sob o regime de grandes propriedades. “Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessão, junto ao governo imperial ou se apossavam, como era de costume na época” (TOMAZI, 1997, p.138).

²De acordo com Martins (1975), a característica imediata da frente pioneira é a instauração do empreendimento econômico, por exemplo, das ferrovias, das empresas imobiliárias, comerciais e bancárias etc. Ela loteia terras, transporta mercadorias, compra, vende e financia a produção e o comércio. MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

De acordo com Mota (2005), as empresas colonizadoras difundiram a ideia de que essa região era uma terra desabitada; tratava-se de terras devolutas, desconhecidas e sem a presença humana. Isso justificaria a atuação das companhias colonizadoras para comercializar as terras dessa região, um discurso que legitimou esse empreendimento capitalista.

Com a Lei de Terras, em 1850 (Lei 601), segundo a qual o principal mecanismo de acesso à propriedade era por meio da compra (a transferência da forma pública para a privada), que substituiu a posse e a concessão de sesmarias³, ocorreram muitos conflitos nas frentes colonizadoras, pois os títulos de posse eram duvidosos Serra (1991). Com isso, o Estado e as empresas privadas promoveram a venda de lotes com preços baixos, a fim de legalizar a posse da terra e evitar a ocupação ilegal e predatória da floresta e também do solo.

De acordo com Serra (1992) processo de ocupação mais efetiva, que se estabeleceu na região Norte paranaense, ocorreu primeiramente com mineiros, posteriormente, através da expansão da frente cafeeira paulista no início do século XX, mais precisamente a partir de 1929, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná começou a sua atividade colonizadora, em função das terras férteis derivada do basalto e do clima favorável, a economia cafeeira paulista se estendeu para a região Norte do Paraná. Assim, as terras estavam sendo apropriadas pelas correntes migratórias que vieram de antigas regiões cafeeiras do país, sobretudo, dos estados de São Paulo e Minas Gerais (SERRA, 1992, p. 68).

No Norte do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) atuou na colonização empresarial privada com política de venda de terras. Tratou-se de uma colonização de grande expressão. Subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantations, a CNTP passou para mãos de acionistas brasileiros em decorrência da Segunda Guerra Mundial, pois o governo brasileiro, por medida de segurança nacional, proibiu a propriedade da terra por estrangeiros. A partir de 1951, passou a ser denominada Companhia

³De acordo com Serra (1991), até 1614, todo o espaço paranaense era propriedade pública sob o domínio da Coroa Portuguesa. Com a sesmaria, houve a evolução da propriedade da forma pública para a forma particular.

Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), porém a nova diretoria da empresa não alterou as diretrizes fixadas pelos seus antecessores (CMNP, 1975).

O primeiro núcleo urbano foi em Londrina, fundado em 1929, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou a sua sede. Em 1930, foi construída uma estrada de rodagem até o patrimônio recém-criado, chamado de Três Bocas, que passaria mais tarde a ser Londrina. A partir dessa data, começaram a chegar os compradores para essa região, atraídos pela intensa propaganda promovida pela CTNP no território nacional e também no exterior. Quanto à procedência dos compradores, eram brasileiros, a maioria oriunda de velhos cafezais em falência no estado de São Paulo e muitos vindos de outros estados, tais como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e vários do Nordeste, além de imigrantes de outros países, como Itália, Alemanha, Japão e Ucrânia:

Exigia-se que o número de colonos brasileiros alcançasse o mínimo de 20% do total, sendo que a Companhia apresentou 30% de compradores nacionais, seguidos de lavradores italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, ucranianos, russos, etc., em percentagens decrescentes que atingiram até 0,2%, num total de 33 nacionalidades (CMNP, 1975, p.133).

A ocupação do espaço norte paranaense ocorreu por meio da colonização. Segundo Serra (2001, p.47), “A colonização, a propósito, é que marcaria a partir daí e até o esgotamento das frentes pioneiras, nos anos de 1960, os processos de repartição e de apropriação da terra agrícola no Paraná”. O autor acrescenta que o Estado contava com a participação de grupos empresariais privados nacionais e estrangeiros para a configuração da nova estrutura fundiária. Ainda sobre a colonização,

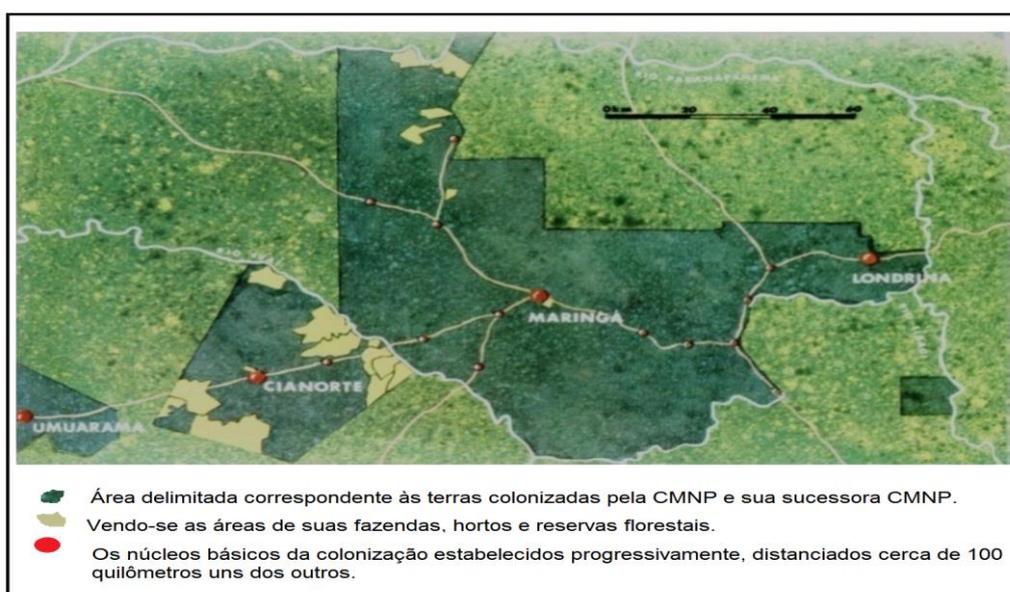
Retomadas as terras desviadas, por força do Decreto 300, o interventor Mario Tourinho editou o Decreto 800, estabelecendo que doravante as áreas consideradas devolutas só pudessem ser adquiridas a título de compra “pelos que nela se comprometessem a morar a estabelecer cultura efetiva”. Pelo mesmo Decreto 800, o interventor define a colonização como processo básico de acesso à terra, que passaria a ser

executado pelo próprio Estado e em parceria iniciativa privada (SERRA, 2009, p. 7).

As terras devolutas, derivadas de frustrados projetos de colonização e também de grilagens, voltaram a pertencer ao Estado mediante o decreto número 800, mecanismo jurídico adotado na década de 1930 para a aquisição da terra por meio da compra. De acordo com Serra (2009), o governo do estado do Paraná criou várias políticas de colonização para essa região, pois, entre as décadas de 20 e de 30 do século XX, o Estado disponibilizou grandes áreas de terras devolutas a particulares, para que elas fossem divididas em lotes e vendidas aos interessados.

O processo intensivo de colonização pela CTNP, que se iniciou em 1929, começou com 515.000 alqueires paulistas de terras (1.236.000 hectares), entre as margens esquerda do Rio Tibagi e direita do Ivaí. Posteriormente, após 1944, já sob a direção nacional, mais 30.000 alqueires (72.000 hectares) foram adquiridos a Oeste de Maringá (Figura 3), em terras que ultrapassaram o Ivaí, na região conhecida como Norte Novíssimo, totalizando, assim, 546.000 alqueires de área colonizada (CODESUL, 1976, p.40).

Figura 3: Mapa da área colonizada pela CTNP e sua sucessora CMNP



Fonte: CMNP, 1975, p.123.
Organização: OYAMA, T.K. 2014.

A região Norte do Paraná prosperou graças à organização objetiva e dinâmica da empresa privada Companhia de Terras Norte do Paraná e sua sucessora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, dos esforços dos compradores dos lotes rurais dessa companhia, assim como também da economia cafeeira, fatores que proporcionaram uma rápida ocupação humana na região (CMNP, 1975).

3.1 ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO

A ação da companhia colonizadora CTNP no Norte Novo e Novíssimo consistiu na organização em pequenas e médias propriedades, as quais foram cultivadas a partir da produção familiar.

A companhia colonizadora adotou diretrizes bem definidas para a estratégia de ocupação em relação ao uso da terra agrícola, à localização, à função das cidades e ao tamanho dos lotes:

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes, de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para o ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria a sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa, construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar (CMNP, 1975, p. 76).

Portanto, três fatores fundamentais nortearam a colonização da região Norte paranaense:

1) **Colonização**, incluindo planejamento, loteamento e a venda de terras; 2) **construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; 3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), como a produção de energia elétrica e a montagem de fábricas de cimento e de açúcar, contribuindo para o progresso da região (LUZ, 1997, p.37, grifos do autor).

Com essa estratégia de uma colonização planejada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, combinada com outros conjuntos de fatores, tais como: a terra fértil, as condições facilitadas de pagamento, a repartição de terras em pequenas propriedades e o clima favorável para a cafeicultura, os seus lotes foram comercializados com grande êxito, ocorrendo, portanto, uma rápida ocupação territorial entre as décadas de 1920 e 1960.

Padis (1981) ressalta que o trabalho colonizador empreendido pelo governo do estado do Paraná, em sua ação mais recente, e pelas duas companhias japonesas e pela inglesa, praticou o sistema de colonização semelhante, ou seja, vendeu suas extensas terras em pequenos lotes agrícolas, salvo em alguns casos excepcionais no Norte do Paraná. Desse modo,

O crescimento populacional da região, como era de esperar-se, atingiu taxas até então nunca registradas em qualquer outra parte do País. Assim é que, em 1940, estavam concentrados na região apenas 340.449 habitantes, o que correspondia a nada menos que 27,5 por cento do total do Estado. Entretanto, essa mesma população atingiu 1.029.025 habitantes e sofria, portanto, nesse curto prazo, um aumento de 202,2 por cento, passando a significar praticamente a metade de toda a população do Estado, ou seja, 48,6 por cento (PADIS, 1981, p. 94).

O discurso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná é de que a colonização do norte paranaense foi um processo bem sucedido, que atraiu

muita gente a partir da possibilidade da compra de pequenos lotes por famílias que não possuíam terras até então, já que os pagamentos podiam ser parcelados e pagos com a própria produção do café.

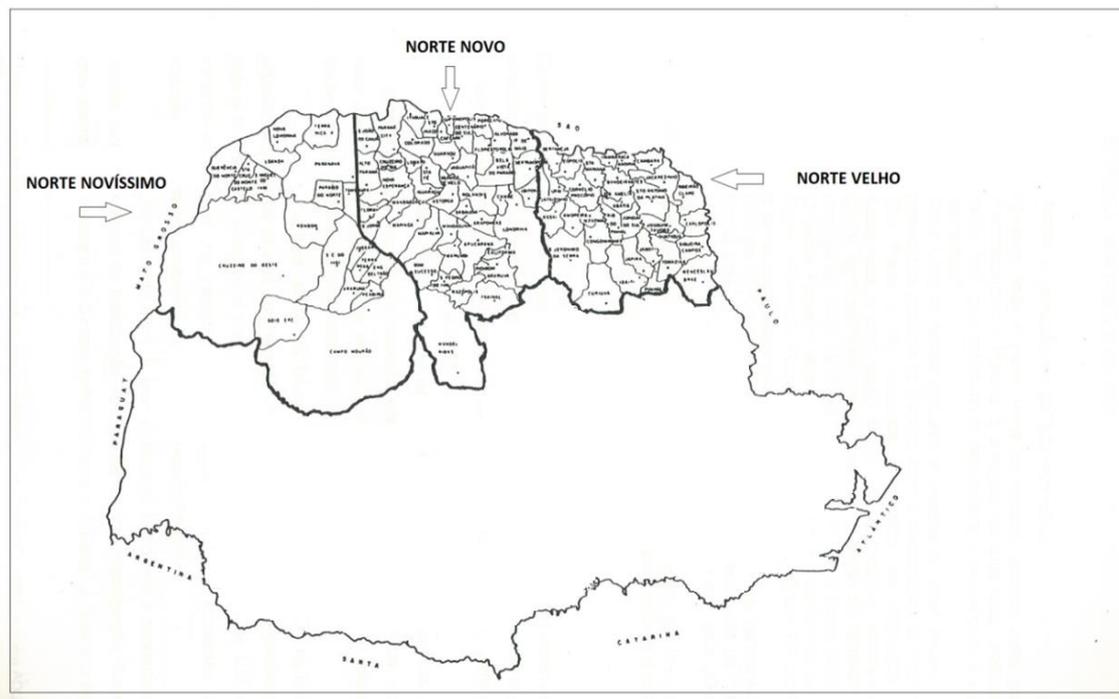
Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão de terras em lotes pequenos e às condições de pagamento, conseguiram adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária (CMNP, 1975, p. 150).

Entretanto, de acordo com Tomazi (1999), apesar de o posseiro, o colono, os trabalhadores volantes e até mesmo o pequeno proprietário terem sido importantes no processo de ocupação do Norte do Paraná até a década de 1960, na década seguinte, quando o capital não necessitou mais deles, excluiu-os do “Novo Eldorado”, ou seja, do Norte do Paraná.

3.2 DIVISÃO REGIONAL

A região Norte paranaense é formada pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, abrangendo uma superfície de 100.000km². Essa região está dividida em três áreas: Norte Velho, Norte Novo e o Norte Novíssimo (Figura 4), compondo, assim, uma divisão regional no Norte do Paraná (CODESUL, 1976, p. 34). Salienta-se que a expansão da lavoura cafeeira no Norte do Paraná ocorreu em três etapas sucessivas: o Norte Velho, o Norte Novo e o Novíssimo (CTNP, 1975, p. 35).

Figura 4: Divisão do Norte do Paraná segundo a geografia dos anos 1950



Fonte: Divisão por municípios em 1956 (PADIS, 1981, p. 100).

Organização: TOMAZI, 1997.

O Norte Velho, que consiste na primeira frente de expansão do norte paranaense, estende-se da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio e foi colonizado entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros. Segundo Serra (1991, p. 34), “predominou a ocupação espontânea até por volta de 1920 quando o Estado decide interferir na organização do espaço e estimular a colonização”. O Norte Novo surgiu com a fundação de Londrina, em 1930, e foi o primeiro núcleo a ser implantado pela Companhia; a sua área é menor que a do Norte Velho, com 12.928km² contra 16.802km² e corresponde à área chamada de Mesorregião do Norte Central Paranaense. O Norte Novíssimo, por sua vez, conta com uma superfície total de 5.253km² (CMNP, 1975).

Constata-se, portanto, que a CTNP e sua sucessora CMNP comercializou os seus lotes em dois momentos distintos, o Norte Novo e o Norte Novíssimo:

Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente,

distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (CMNP, 1975, p.252).

A região Norte do Paraná foi dividida, portanto, em três sub-regiões segundo a época e a origem da colonização e foi considerada a soma territorial dos vales muito férteis, com um relevo suave, com colinas suaves, com vales não muito profundos e com espigões abaulados e de fácil acesso (CMNP, 1975).

3.3 OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA TERRA A PARTIR DOS ANOS 1960

A ocupação e a exploração da terra agrícola a partir da década de 60 do século XX passam a modificar-se no Paraná, pois passou por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. Na década de 1960, os militares colocaram em prática a modernização da economia a fim de obter um crescimento global – diversificando as exportações agrícolas – e um avanço no setor secundário. O objetivo dos militares foi alcançado, porém provocou o êxodo rural, o desemprego agrícola e a diminuição dos salários (OLIVEIRA, 1987).

De acordo com Serra (2001), após a década de 1960, com o esgotamento do estoque de todas as terras devolutas e com a fronteira econômica alcançando a fronteira política, houve a diminuição da oferta de áreas virgens, e, conseqüentemente, a valorização das áreas já ocupadas ou já apropriadas. Assim, os negócios da terra passam a seguir as leis do mercado imobiliário, surgindo duas tendências no processo de ocupação e de exploração da terra agrícola na década de 1960 em diante: a classe empresarial emergente no campo, que optou pelo investimento na lavoura cafeeira, e a classe latifundiária tradicional, que procurou ampliar os limites horizontais de suas propriedades. Formou-se, portanto, no Paraná, duas classes, “uma constituída de proprietários de terras, na condição de

empresários rurais ou na condição de latifundiários; outra constituída de empregados rurais, com pouca ou nenhuma chance de atingir ou recuperar a posse da terra” (SERRA, 2001, p. 49).

Para Serra (2001), a partir de 1975, com a modernização da agricultura e consequente erradicação da cafeicultura, substituída pelas culturas mecanizadas de soja, de trigo e de pastagem, ocorreu a completa transformação do espaço agrário no Paraná, surgindo uma nova fisionomia no espaço agrário.

4 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO NORTE DO PARANÁ

Para a compreensão da origem da pequena propriedade no Norte do Paraná, faz-se necessário voltar um pouco na história da questão estrutural fundiária no Brasil; levar em consideração a perspectiva histórica da questão agrária no Brasil.

A partir de 1500, começa a colonização portuguesa no Brasil. Os portugueses implantaram neste país o sistema de Sesmaria⁴, que na época era o regime adotada também em Portugal. Com a Sesmaria (base do latifúndio) que foi de 1530 a 1822, inicia-se o processo de formação da propriedade através da transferência de terras públicas para a iniciativa privada por meio de concessão de posses com a finalidade de ocupação e exploração da terra. As sesmarias no Brasil tinham em geral grandes extensões de terras, doadas a pessoa cristão, desde que pagasse o dizimo à Ordem (CARVALHO, 2008).

Portanto, o regime de doação ou Lei das Sesmarias foi o primeiro sistema de regularização da posse e da repartição da terra agrícola no Brasil e, consequentemente, no Paraná.

Com a Lei de Terras de 1850 a 1891 (Lei 601), o regime de propriedade passou a ser de compra (a terra passa a ser mercadoria), e não mais de posse. Com isso, a aquisição das terras devolutas passou a ser feita mediante compra, e não mais doação. Essa Lei de Terras contribuiu para a reafirmação

⁴Base jurídica de repartição da terra (SERRA, 1991).

da grande propriedade no Paraná, porém mais no sentido de preservação da extensão de seus domínios do que de seu funcionamento interno. Segundo Serra (1991), os latifúndios aproveitaram para ampliar suas terras, eles próprios faziam as leis. Ainda de acordo com o autor, com “A Constituição de 1891, a primeira do regime Republicano, transfere para o Estado o poder de decidir o destino das terras devolutas existentes em seus respectivos territórios”, ou seja, a partir da República a terra devoluta passa para a responsabilidade do Estado.

O Norte do Paraná, a princípio, possuía uma estrutura fundiária⁵ de grandes propriedades, que seriam as grandes fazendas, cuja marca característica foram os povoadores paulistas, com sua tradicional fazenda cafeeira. As companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, que seria a pequena propriedade, ou seja, a agricultura familiar (MORO, 1998). Ressalta-se que, antes dessa colonização dirigida no norte paranaense, a ocupação e a colonização eram espontâneas, ou seja, não dirigidas.

A grande propriedade durou quatro séculos. Quando é colonizado o Norte do Paraná, começa a se formar a pequena propriedade, e essa mudança da pequena propriedade para a grande propriedade no Paraná ocorreu com o modelo que se constrói no século XX.

No “Norte Velho”, houve formação de grandes fazendas monocultoras, diferentemente do que ocorreu na região Norte Novo e no Novíssimo do Paraná, em que as atividades agrícolas se desenvolveram em uma estrutura fundiária com base nas pequenas e médias propriedades, cultivadas a partir da produção familiar. Essa extensa área foi dividida em lotes preferencialmente pequenos, de 10 e 15 ou 20 alqueires cada um. Houve alguns proprietários que contrariaram essa política de vendas da Companhia e conseguiram reunir vários lotes rurais formando fazendas, mas não obtiveram êxito, pois onde isso ocorreu em número maior a comunidade próxima estacionou (CMNP, 1975).

As pequenas propriedades condicionavam o tipo de economia local, e a força de trabalho era da própria família. Esses agricultores, ao aproveitarem os

⁵Distribuição dos estabelecimentos ou propriedades rurais, em número e em área ocupada, em determinado espaço geográfico.

corredores livres dos cafezais novos para plantar milho, feijão, arroz, soja e algodão, tornaram o estado do Paraná um dos maiores produtores de cerea.

Derrubada a mata, vinha o cultivo do café, e além desse cultivo, amplamente difundido no norte e noroeste do Paraná, as comunidades constituídas nas águas desenvolviam outras atividades agrícolas, entre as quais o cultivo diversificado de alimentos como hortaliças para o consumo familiar e a criação de animais para o próprio sustento. Eram cultivadas hortas de diversas hortaliças e legumes. E criavam-se vários animais domésticos, como porcos e galinhas. Culturas como a do feijão, do arroz, do milho, da mamona e do algodão são citadas como alternativas produzidas entre as ruas do cafezal (MOTA, 2012, p. 109).

Essas informações comprovam a existência de lavouras de subsistência cultivadas pelo trabalho familiar tanto por arrendatário quanto por proprietários e por pequenos produtores no período de colonização do norte paranaense. Além disso, as próprias donas de casa das comunidades organizadas fabricavam diversos produtos domésticos, a exemplo do sabão (MOTA, 2012).

A figura 5 demonstra como a CMNP se preocupou em evitar o isolamento das famílias e em favorecer o trabalho dos colonos em mutirão, principalmente na época da colheita do café, dispondo os lotes contíguos no sentido do espigão ao curso d'água, onde as casas eram construídas próximas aos rios.

Figura 5: Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP



Fonte: CMNP, 1975, p. 122.

Verifica-se, portanto, que, graças à política de vendas da CTNP, foram comercializadas pequenas e médias propriedades com uma forma de pagamento parcelado, permitindo o acesso às terras para aqueles que detinham pouco ou capital algum para a sua aquisição. Dessa forma, o Norte do Paraná, desde o início de sua colonização pela CTNP até o final da década de 60, teve o predomínio da pequena e da média propriedade voltada à monocultura cafeeira.

A classificação das propriedades por tamanho segue o estabelecido no art. 4º da Lei Agrária (Lei nº 8.629⁶, de 25 de fevereiro de 1993), em que usa a referência de área o módulo fiscal⁷. Com isso, o módulo serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural⁸ quanto à sua extensão. Desta forma, a pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 a 4 módulos; a média propriedade é o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Salientando que, cada município possui o seu módulo fiscal, no caso de Maringá, 1 módulo fiscal corresponde em média a 14ha que equivale a 5,78 alqueires paulistas. Sendo assim, é considerada a pequena propriedade em Maringá, o imóvel rural que possui de 1 módulo fiscal (14ha, que corresponde a 5,78 alqueires) até 4 módulos fiscais (56ha, que corresponde a 23,14 alqueires).

Porém, a grande propriedade não está definida na regulamentação legal, mas deduz-se que é o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Essa classificação sobre o tamanho da propriedade rural no Brasil, em que se classifica o tamanho da propriedade varia em cada município dos estados brasileiros, possui um valor do módulo fiscal. Para tanto, há distintas maneiras utilizadas para realizar essa classificação do tamanho da propriedade. Utilizam-se critérios como renda, de acordo com a região, para

⁶BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁷O módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

⁸“o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial”. (BRASIL, 1993).

ações governamentais relacionadas às políticas públicas de apoio ao pequeno agricultor dentre outras mais.

Governo, produtores, técnicos e entidades de classes têm tentado organizar as propriedades rurais em classes a fim de proceder a reivindicações, traçar políticas agrícolas e fazer comparações de grupo para estudos econômicos e sociais. Esse assunto é antigo, mas não se esgotou, pois a despeito da grande quantidade de classificações, não se chegou a um consenso e, portanto, suscita ainda a busca de definições mais abrangentes e satisfatórias (BLUM, 2001, p. 57).

Para tanto, a que se apresenta mais adequada à realidade rural brasileira é a classificação utilizada pela Lei 8.629/93.

4.1 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é classificada como pequeno capitalista⁹ que conta basicamente com o trabalho dirigido pelos seus familiares. Possui uma economia de mercado¹⁰ de subsistência, em que alguns bens são produzidos como mercadorias, e outros são produzidos como valores de uso, ou seja, para consumo dos próprios produtores, diferentemente da agricultura patronal e capitalista, que utiliza a mão de obra não familiar.

O ano de 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF),

⁹Singer apresenta o Capitalismo a partir de sua tendência de transformar tudo que é desejável em objeto do comércio. E, apesar de suas graves deficiências do ponto de vista da produção e da distribuição, trouxe avanços consideráveis para a humanidade, contabilizando ganhos científicos e evoluções sociais que beneficiaram também as camadas mais baixas das pirâmides econômicas (os trabalhadores). O ganho, entretanto, é maior para as classes dominantes do que para a classe dos trabalhadores, fato que, na opinião do autor, leva o capitalismo a ser tão criticado (SINGER, 1991).

¹⁰“A economia de mercado é muito antiga. Desde os primórdios da história, diferentes sociedades organizaram sua vida econômica sob a forma de produção especializada de bens que eram intercambiados em feiras sazonais ou mercados permanentes” (SINGER, 1991).

O Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) 2014 visa a aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, focalizando a atenção mundial em seu importante papel na erradicação da fome e pobreza, provisão de segurança alimentar e nutricional, melhora dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais. O objetivo do AIAF 2014 é reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover uma mudança rumo a um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado. O AIAF 2014 vai promover uma ampla discussão e cooperação no âmbito nacional, regional e global para aumentar a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares (ONU, 2014).

O que revela a importância dessa atividade no mundo. A agricultura familiar é hoje responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, de acordo com o Censo Agropecuário (2006). De acordo com o Censo Agropecuário (2006), foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

A agricultura familiar, a partir de 1996, passou a ter reconhecimento oficial com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹¹, com isso, essa categoria obteve o desenvolvimento, a capacidade produtiva, a geração de emprego e uma melhor renda (SOUZA, 1999 *apud* SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A, 1970).

O PRONAF é a política pública de abrangência nacional para o meio rural; é um programa que trouxe o reconhecimento e a legitimação dessa nova categoria social, representada pelos agricultores familiares, que antes eram designados como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de

¹¹“Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”. Brasil. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.

baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2004).

Vários termos vêm sendo utilizados no Brasil para caracterizar o pequeno produtor rural, tais como: camponês, colono, lavrador, agricultor familiar, pequeno produtor rural, unidade de produção familiar, sitiante, entre outros termos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006,

O conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, enquanto o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário. Assim, existe uma pequena superestimação (IBGE, 2006, p. 3).

Esse conceito é para auxiliar na orientação das ações governamentais relacionadas às políticas públicas de apoio a esse segmento, como é o caso das linhas de crédito do PRONAF, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Assim, há vários conceitos de agricultura familiar, inclusive aqueles para traçar políticas públicas.

Segundo Wanderley (2001), essa não é uma categoria social recente. Nos últimos anos, fala-se de agricultor familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, diferente do agricultor de subsistência, diferente do pequeno produtor. O agricultor familiar teria assumido sua condição de produtor moderno, que se adapta a um contexto socioeconômico próprio dessa sociedade, que obriga a realizar modificações em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional, mas que não rompe totalmente com as formas anteriores. Trata-se de um personagem todo novo, diferente de seu ancestral camponês. Para o autor, o conceito de agricultura familiar é entendido “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p. 21-23).

A agricultura familiar tem suas raízes no campesinato, principalmente em sua forma social, nas relações de propriedade, de trabalho e de família,

porém se diferencia economicamente. Nessa mesma ótica, Schneider e Niederle (2008) diferenciam agricultores familiares dos camponeses, nas suas características, na forma de reprodução e nas questões socioculturais e econômicas. Dessa forma,

Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER; NIEDERLE 2008, p.40).

Para a Food and Agriculture Organization (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar deve considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela própria família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado pelos membros da família, devendo ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento e que os fatores de produção sejam da própria família (ONU-FAO/INCRA, 1996).

Atualmente, a agricultura familiar vem ganhando mais atenção por parte do governo, pois passa a ser reconhecida como categoria que tem ação política. A Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares, alterou o conceito de agricultura familiar para ampliar os benefícios oficiais ao segmento. Assim, para a legislação brasileira em seu artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar é definida como

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006).

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009) (BRASIL, 2006, grifos deles).

Sendo assim, para o estabelecimento ser classificado como de agricultura familiar, faz-se necessário que atenda simultaneamente a todas

essas condições estabelecidas, caso contrário, os estabelecimentos não enquadrados nesses parâmetros serão designados como “não familiares”. Portanto, de acordo com a legislação brasileira a pequena propriedade rural é aquela com área entre 1 e 4 módulos fiscais, comprovadamente trabalhada pela família e sendo a sua única fonte de sobrevivência, não podendo ser objeto de penhora.

4.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A modernização agrícola contou com a técnica da “Revolução Verde¹²”, os sistemas produtivos agrícolas passaram por significativas transformações, visando um aumento na produtividade, incorporou-se o uso de sementes geneticamente modificadas, adubos químicos, agrotóxicos e máquinas agrícolas (MONTROYA; GUILHOTO, 2001, p.179).

O conceito de modernização da agricultura varia de acordo com cada autor. Há os que consideram apenas as modificações na base técnica (os equipamentos utilizados), como é o caso adotado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES):

O conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições do solo e do produto cujos indicadores mais comuns são uso de tratores, adubos químicos, defensivos e sementes selecionadas, entre outros, indicam o processo de modernização (IPARDES, 1983, p.18).

Outros autores consideram todo o processo de produção, como é caso de Graziano Neto (1988), para quem a modernização da agricultura é mais do

¹²A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola. De acordo com Fajardo e Moro (2000), a Revolução Verde é a utilização de insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas, é o chamado “pacote tecnológico norte-americano” (FAJARDO; MORO, 2000, p. 91).

que modificação ocorrida na base técnica de produção, ou seja, na substituição das técnicas agrícolas tradicionais pela moderna, utilizando máquinas e insumos agropecuários. Para o autor,

Modernização, porém, significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também, a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas de produção). A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar a certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (GRAZIANO NETO, 1988, p. 26).

Com esse processo de transformação, a agricultura de subsistência, cuja produção é principalmente voltada para o consumo familiar, destinando ao mercado apenas a produção excedente, vai cedendo lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, e os agricultores de subsistência se adaptam, transformando-se em empresas familiares, que não utilizam trabalho assalariado, produzindo para o mercado (GRAZIANO NETO, 1988).

De acordo com Silva (1982), o termo modernização da agricultura é utilizado para designar não só a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, mas também as modificações intensas da produção no campo. Segundo o mesmo autor, na década de 1960, o Brasil passa por mudança na questão agrária com a modernização da agricultura, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Esse processo se intensifica a partir da década de 1970, ocorrendo no campo transformações, tais como: a substituição do trabalhador assalariado e/ou temporário pelas inovadoras e modernas máquinas; o incentivo cada vez maior em grande escala; a concentração fundiária. O Brasil deixa de ser um país agrário exportador para ser industrial. A modernização da agricultura resultou, portanto, em mudanças tanto na questão técnica quanto nas relações sociais no campo.

Entretanto, essa modernização no campo brasileiro veio a favorecer o latifúndio, beneficiando os empresários do agrobusiness em detrimento dos

pequenos agricultores, muitos dos quais foram expropriados e expulsos do meio rural.

[...] os produtores que por motivos diversos – em geral limitações de meio ambiente físico, fertilidade e relevo natural dos solos, e/ou recursos – não fazem uso dessas técnicas tendem a não conseguir se reproduzir enquanto categoria social. Isso se percebe através do elevado número de unidades produtivas de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, eliminadas da estrutura produtiva do Paraná (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 16).

Diante disso, verifica-se que o pequeno produtor rural desprovido de capital passou a sofrer com as crises político-econômicas, pois, sem condição de investimentos financeiros para se adequarem ao novo modelo agrícola, não conseguiu se inserir no processo de modernização e conseqüentemente eliminado do campo.

Tedesco (2001), critica as transformações na agricultura, decorrente da modernização da agricultura ocorridas após 1970, na questão do favorecimento da grande propriedade:

[...] podemos dizer que as transformações na base técnica da agricultura ocorridas pós-década de 1970 privilegiaram regiões e produtores, dando margem ao aprofundamento do caráter desigual da agricultura brasileira. A agricultura passou a partir daí, a ser grande fornecedor de matérias primas e mercado consumidor de máquinas e insumos modernos, viabilizada pelos Estados, que montou infraestrutura e um sistema de crédito subsidiado com o intuito de acelerar esse processo, dando maiores possibilidades de capitalização e lucratividade à grande propriedade. Dentro desse espaço, a pequena produção que consegue sobreviver é obrigado a organizar-se em novas bases técnicas, muitas vezes especializando-se numa cultura ditada pelo mercado ou pela agroindústria (TEDESCO, 2001, p.116).

Segundo Montoya e Guilhoto (2001), a agricultura familiar passou a se integrar à dinâmica da produção industrial para a agregação de valor sobre o

seu produto, ou seja, a fazer parte do Complexo Agroindustrial (CAI)¹³, que se formou em meados da década de 60 e se consolidou em 1975.

O CAI tem uma integração entre setores onde se tem o produtor rural: indústria, comércio varejista (supermercado), bancos, tecnopolos (universidades), empresas transportadoras. São, portanto, setores diversos, ou seja, primário, secundário, terciário, quaternário, compondo o complexo agroindustrial. Conforme Montoya e Guilhoto (2001), devido à baixa rentabilidade das atividades rurais, o agricultor familiar está aderindo cada vez mais ao sistema de integração contratual com as agroindústrias, na sua decisão do que produzir, do quanto produzir e do como produzir. Desse modo, além de produzir para o seu auto consumo, ele atende à produção mercantil.

Para esses autores, as transformações estruturais das últimas décadas da dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro teve um impacto direto sobre a estrutura e a composição do trabalho do agricultor familiar, pois as atividades econômicas antes tipicamente urbanas, como as das indústrias processadoras, hoje estão instaladas no meio rural ou mesmo na propriedade familiar (as agroindústrias), onde produz produtos *in natura* ou produtos processados. Decorrente disso, segundo Kageyama (1998 *apud* MONTROYA; GUILHOTO, 2001, p.210):

Surge o agricultor pluriativo, que passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não agrícolas como forma estratégica de complementar a renda familiar e, também, de gerar ocupação para o conjunto dos membros familiares.

Montoya e Guilhoto (2001) salientam que a agroindústria para o produtor familiar pode ser um caminho adequado de desenvolvimento econômico. Quando bem estruturada em um sistema econômico, tende a integrar a produção e a controlar todo o agronegócio do seu produto, pois é o agente que direciona e maximiza a eficiência do uso dos insumos e investimentos rurais relacionados com seu produto, reduz os custos de armazenamento, de

¹³O Complexo Agroindustrial (CAI) surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos na década de 40 e hoje a agricultura dos Estados Unidos é totalmente caifizada.

transporte e de margens de comercialização do seu produto, agrega valor ao produto, constituindo, assim, um setor-motriz de desenvolvimento rural. “Mas, quando mal estruturada, é o principal elemento de estrangulamento para o agricultor familiar” (MONTROYA; GUILHOTO, 2001, p.212).

4.3 A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE NO PARANÁ DECORRENTE DA CRISE DO CAFÉ

Como já foi mencionado anteriormente, desde o início da colonização efetiva do Norte do Paraná, o café foi a base da economia não só do estado, mas também do Brasil. “Desde o final da primeira metade do século XIX até o início da década de 1960, o café constituiu-se no principal produto de exportação do país e, por conseguinte, no principal arrecadador de divisas” (MORO, 1991, p.47). No entanto, a cultura cafeeira começou o seu declínio a partir da década de 1960, em função de vários fatores, tais como: o excesso de produção, resultando na erradicação dos cafezais; as sucessivas geadas (principalmente a de 1975, que praticamente dizimou a cultura cafeeira do Norte do Paraná); as políticas desestimulantes ao café; a idade da lavoura cafeeira; a suscetibilidade ao ataque de pragas e de doenças; a legislação dos trabalhadores rurais em 1963; o esgotamento do solo; a concorrência internacional e a modernização da agricultura. Todos esses fatores resultaram, portanto, na crise do mercado cafeeiro.

Na época, muitos produtores mudaram de atividade, não suportando os prejuízos sofridos. Com as geadas de 1969, 1972 e 1975, que deixaram danos ainda maiores, os produtores que relutavam em sair da atividade cafeeira acabaram seguindo o mesmo caminho, principalmente tendo em vista o resultado catastrófico de 1975. (SERRA, 1991, p. 166).

Ocorreu uma intensa transformação na agricultura paranaense em função dessa crise do café, pois atingiu o modelo da pequena propriedade

familiar, planejada pela companhia colonizadora. Essa crise do café resultou, também, em um impacto social, pois,

Enquanto se processava a erradicação, os trabalhadores continuavam tendo emprego no campo; concluído o trabalho, o que aconteceu foi o maior índice de desemprego concentrado de toda a história agrária do Paraná, evidentemente atingindo com maior intensidade a região Norte, a tradicional zona cafeeira paranaense (SERRA, 1991, p. 166).

A modernização da agricultura foi o fator decisivo para agravar a crise da cafeicultura (SERRA, 1991), levando ao avanço capitalista no campo, na concentração fundiária e no êxodo rural, causando, assim, uma nova fisionomia para o espaço agrário de Maringá e região.

De acordo com Corrêa (1991), a cada desastre climático que atingia a cafeicultura, surgia agricultor disposto a aderir a outros tipos de plantios:

Novos métodos surgiram e a correção do solo tornou-se possível, aumentando o aproveitamento de áreas tidas até então como fracas para a agricultura. A soja, o milho, o algodão, o trigo, o feijão e o arroz, ganharam espaços nas ubérrimas terras roxas... (CORRÊA, 1991, p. 79).

Após o ciclo do café, a soja e o trigo, principais produtos destinados ao mercado externo, diversificaram a produção agrícola mecanizada local e regional. Isso alterou toda aquela estrutura do uso do solo definida pela CTNP, voltada para a monocultura cafeeira das pequenas e médias propriedades, segundo a qual os cafezais ocupavam as médias encostas até o espigão para evitar a queima dos cafezais por parte das geadas, reservando as baixas encostas para o plantio das lavouras de subsistência, pomar e pastagem. Com a nova realidade agrícola regional da cultura mecanizada de cereais, todo o espaço disponível é ocupado em um tempo pela soja, e noutro pelo trigo (MORO, 1977, p. 23 *apud* MORO, 1980, p. 33).

A diferenciação socioeconômica entre os pequenos, médios e grandes proprietários já existia desde a época das culturas tradicionais, porém, com a cultura mecanizada, a desigualdade aumentou mais ainda (SERRA, 2001). De

acordo com o autor, o Estado nada fez na época para ajudar os menos capitalizados, pelo contrário, para facilitar o desenvolvimento da nova agricultura, liberou financiamentos a juros subsidiados para beneficiar os médios e grandes produtores, deixando de beneficiar os pequenos produtores. O interesse político do Estado não era mais manter o homem no campo, produzindo para a subsistência e vendendo o excedente, mas favorecer a agricultura capitalista desenvolvida, produzindo para o mercado (SERRA, 2001).

A cafeicultura passa a receber cada vez menos o incentivo do seu desenvolvimento. De 1965 a 1967, com a política de erradicação de cafeeiros para diminuir a produção nacional, ocorreu a eliminação de nada menos que 96.915.998 cafeeiros paranaenses, dos quais 35,9% eram de Maringá (que engloba 40 municípios), significando, aproximadamente, a décima parte de suas plantações. Outro fator foi a geada, que atingiu a região em 17 de julho de 1975 (PADIS, 1981).

A crise cafeeira e a modernização da agricultura contribuíram para a penetração do capitalismo no campo, resultando em expropriação e expulsão da população rural, principalmente dos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, gerando inúmeros problemas sociais.

Grande parte dos pequenos cafeicultores acabou vendendo ou arrendando suas propriedades para grandes produtores, os quais acabaram por formar grandes propriedades (MORO, 1991).

5 COLONIZAÇÃO DE MARINGÁ E A PEQUENA PROPRIEDADE

A ocupação do município de Maringá e região foi uma iniciativa da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O Norte Novo, onde se encontra esse município, desenvolveu-se a partir de 1930, período em que o café estava em crise no Brasil por causa da sua superprodução, mas isso não atingiu o Paraná. Assim, nesse período, o Norte Novo foi uma preferência na cafeicultura. Com isso, a partir de 1930, o café adentrou na região de Londrina;

na década de 50, prosseguiu a sua marcha em direção a Maringá e ao Norte Novíssimo de Paranaíba e de Umuarama (LUZ, 1997).

Luz (1997) destaca que, a cidade de Maringá foi planejada para ser uma segunda capital regional, localizada no centro da gleba pertencente à Companhia. As suas praças, ruas e avenidas foram demarcadas com vistas à preservação do verde nativo (verificam-se as avenidas com canteiros centrais e arborização) e à organização do uso do solo, obedecendo a um plano urbanístico previamente estabelecido, cujo projeto foi idealizado em função do futuro traçado da estrada de ferro (LUZ, 1997).

Seu projeto foi desenvolvido por Gastão de Mesquita Filho e Cássio Vidigal, com base em anteprojeto do urbanista Jorge Macedo Vieira, para abrigar uma população de 200.000 habitantes (REIS, 2004). Em agosto de 2014, foram divulgadas atualizações do novo Censo Demográfico e consta que Maringá possui uma população estimada em 391.698 habitantes (IBGE, 2014). A cidade foi constituída por diversas etnias, em função da corrente migratória, proporcionando ao município uma variedade de cultura com a preservação de seus folclores e tradições.

O plano urbanístico de Maringá baseou-se no levantamento topográfico feito pelos técnicos da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. O pequeno povoamento iniciou-se no Bairro Maringá Velho e foi direcionado para a área onde atualmente é o centro da cidade. A zona urbana de Maringá, portanto, seguiu o critério da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná:

As praças e as ruas são abertas aproveitando o mais possível as características do relevo. Um núcleo urbano dividido em datas, destinadas à construção de prédios comerciais e residenciais é circundado por cinturão verde repartido em chácaras que servem ao estabelecimento da população. Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. São cidades planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para numerosa população rural (CMNP, 1975, p.125).

A companhia colonizadora demarcava e loteava as glebas localizadas nessa área e construía a estrada principal, bem como várias outras secundárias para que os sitiantes não ficassem isolados e pudessem escoar seus produtos agrícolas. Segundo Luz (1997, p. 59), “A empresa colonizadora, a medida que loteava e colocava à venda as glebas que lhe pertenciam, ia estendendo as vias de acesso e implantando os núcleos urbanos ao longo da estrada principal, acompanhando o espigão que corta a região”. As glebas foram divididas em lotes de tamanhos variados e colocados à venda a partir de 1938.

Como pode ser verificado, o município de Maringá obedeceu ao plano de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, previamente estabelecido de uma colonização planejada, com a construção de estrada para fluxo de mercadorias e de pessoas e com a implantação de cidades e de patrimônios como polos da colonização.

5.1 ATIVIDADE ECONÔMICA EM MARINGÁ

O desenvolvimento econômico do município de Maringá ocorreu em função da cultura do café, que, na década de 1950, foi responsável pela intensa atividade na zona rural, influenciando toda a vida econômica da cidade. Essa atividade agrícola foi desenvolvida em uma estrutura fundiária com base nas médias e pequenas propriedades rurais.

As dimensões das propriedades condicionaram, evidentemente o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume de capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força-de-trabalho da família era suficiente para atender às necessidades de cultivo. Dessa forma foi bastante rápido, a economia agrícola, na região (PADIS, 1981, p. 106).

De acordo com Padis (1970 *apud* LUZ, 1997, p. 12-13), a explicação desse fenômeno ocorre a partir da transmissão da terra pelas companhias colonizadoras e o Estado, com o parcelamento de terras em pequenos lotes a prazo e com baixas taxas de juros de acordo com o tipo de economia local de poucos recursos, possibilitando ao lavrador adquirir e desenvolver a sua propriedade somente contando com a mão-de-obra familiar.

Desde cedo Maringá desenvolveu no setor terciário o comércio e a prestação de serviços. A partir de 1945, o município já possuía armazéns de secos e molhados; os sitiantes vendiam seus cereais e outros produtos agrícolas e compravam na cidade aquilo que não produziam, como querosene, açúcar, farinha, roupas etc; em 1953, as lojas de bicicletas e de veículos e as casas de ferragens e de materiais de construção já eram numerosas; em 1960, já contava com 20 agências bancárias que atendiam a clientela regional, pois a indústria ainda era pouco expressiva (LUZ, 1997).

A cidade desde o início teve a função de centro receptor e distribuidor da produção agrícola de sua vizinhança. Em 1960, com pouco mais de uma década, a cidade já apresentava todas as características que definem um aglomerado urbano.

Segundo Endlich e Moro (2003), Maringá já atende a demanda da agricultura moderna por meio de estabelecimentos comerciais que revendem fertilizantes, fungicidas, sementes selecionadas, máquinas e implementos agrícolas, empresas de prestação de serviços, como manutenção de máquinas agrícolas, de planejamento agrícola para a obtenção de crédito e cooperativas agropecuárias.

5.2 A PEQUENA PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

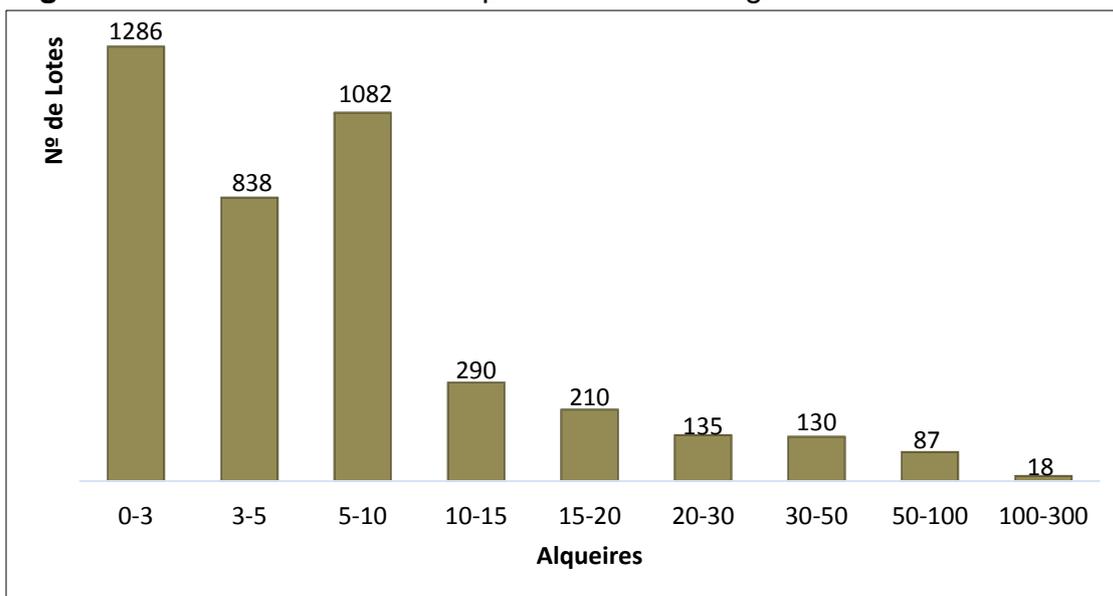
Os sitiantes considerados pequenos produtores de Maringá, que contam com a força de trabalho familiar, surgiram com a colonização da região por parte da companhia colonizadora CTNP, que a loteou em pequenas propriedades rurais, as quais, inicialmente, foram destinadas à cafeicultura.

De acordo com Endlich e Moro (2003), as pequenas dimensões exigiam pouco capital e apenas a mão-de-obra familiar. A estratégia da companhia colonizadora em vender lotes em pequenas dimensões ocorreu devido à crise internacional decorrente da quebra da bolsa em 1929 (ano da depressão) e à escassez de liquidez no mercado. Além disso, havia o objetivo de povoar a região e de vender os lotes rurais, facilitando o acesso à propriedade da terra.

E, segundo Luz (1980), o predomínio de vendas de lotes rurais em Maringá, no período de 1938 a 1973, foi de pequenas propriedades, havendo o predomínio da comercialização de lotes com áreas inferiores a 3 alqueires (Figura 6), as denominadas chácaras, seguidas pelas propriedades de 5 a 10 alqueires e, por último, as áreas de 3 a 5 alqueires. Os lotes acima de 15 alqueires, por sua vez, foram poucos expressivos:

Há maior concentração na venda de lotes com área inferior a 3 alqueires (1.286); também são numerosas as propriedades de 5 a 10 alqueires (1.082) e aquelas que possuem de 3 a 5 alqueires (838). Verifica-se assim, que 3.206 dos 4.062 lotes pesquisados possuem área de até 10 alqueires, representando 78,9% dos mesmos; os lotes cuja área se situam entre 10 e 50 alqueires (769) representam 19%, enquanto que os de mais de 50 alqueires são apenas 87, isto é, 2,1% do total. A incidência maior de lotes de até 3 alqueires observada nas glebas Patrimônios Água Boa, Patrimônio Doutor Camargo, Patrimônio Iguatemi, Patrimônio Maringá e Patrimônio Paiçandu se deve ao fato de tais glebas circundarem respectivamente os núcleos populacionais dos quais levam os nomes, sendo seus lotes, no planejamento geral da Companhia, destinados a chácaras que formam o “cinturão verde”, a fim de suprir a população urbana de produtos hortifrutigranjeiros. Nas demais glebas há uma predominância dos lotes cuja área varia de 5 a 10 alqueires, sendo esta, aliás, a média que se observa em toda a zona tipicamente rural do município. Há poucos lotes com mais de 100 alqueires (18 apenas). (LUZ, 1980, p.152-154).

Na figura 6, consegue-se uma melhor visualização sobre o predomínio da venda de lotes em pequena propriedade no município de Maringá:

Figura 6: Lotes Rurais vendidos por área em Maringá de 1938 – 1973

Fonte: LUZ, France, 1980, p. 155.

Organizador: OYAMA, T.K. 2014.

Desse modo, as vendas dos lotes para esse município seguiram as diretrizes adotadas pela CTNP, pois houve o predomínio de vendas de pequenos lotes de 5, 10 e 15 alqueires paulistas, ao passo que “ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes” (CMNP, 1975, p.77-78).

As vendas desses lotes rurais foram realizadas principalmente na década de 40. Segundo Luz (1997, p. 50), “Até o final dessa década foram vendidos 2.515 lotes, ou seja, 61,9%; na década de 1950 foram realizadas 1.239 transações (30,5%), seguindo-se a década de 1960 com 307 vendas (7,5%) e a de 1970, com apenas 2.” Ainda de acordo com a autora, esse sucesso de vendas se deveu à cafeicultura e à maior atenção que a colonização da região de Maringá e seus arredores receberam da Companhia nesse período, seguindo o seu plano de avanço para oeste.

De acordo com Moro (1980), a substituição da monocultura do café por outras atividades, como a pastagem e os cereais, provocou significativas transformações na malha fundiária do espaço rural de Maringá, através de

médias e grandes propriedades, pois esses tipos de cultura exigem uma área maior de terras para o seu cultivo para que seja rentável.

O processo de concentração fundiária vem ocorrendo através da compra quer de propriedades contíguas, quer de propriedades circunvizinhas, em particular, pelos produtores bem sucedidos no novo empreendimento produtivo. Quando da compra de propriedades contíguas ocorre um processo de aglutinação, levando à formação de médias e grandes propriedades. Nesse caso, como também no caso de aquisição de propriedades não contíguas, isto é, circunvizinhas, geralmente situadas na mesma estrada ou gleba, evidencia-se um processo de concentração da propriedade da terra (MORO, 1980, p. 32).

Para tanto, no caso haja impossibilidade de aquisição por meio de compra, o agricultor pratica o arrendamento de terras, tanto contíguas como circunvizinhas, ocorrendo o processo de concentração de propriedade do solo. De acordo com Moro (1980), a concentração e a formação de médias e grandes propriedades de unidades de produção na área não têm, como única causa, a decadência do café. Há também outros fatores, como o insucesso do produtor, por falta de experiência e de tecnologia adequada, entre outros fatores (MORO, 1980). Diante deste fato, percebe-se que a estrutura fundiária de Maringá foi baseada em pequenas propriedades até o início de 1970. A partir daí, o quadro foi se invertendo, ocorrendo a concentração fundiária.

5.3 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Moro (1991) destaca que, com o processo de substituição de culturas e, simultaneamente, de modernização agrícola no Norte do Paraná ocorreu em função de diversos fatores: a) conjunturais: como a dependência econômica externa, o mercado externo e a dívida externa; b) estruturais: como o estatuto do trabalhador rural, a política agrícola de desestímulo à cafeicultura e de estímulo à cultura de oleaginosas, a política de crédito agrícola (que beneficiou

os grandes produtores agropecuaristas em detrimento dos pequenos produtores); c) circunstanciais: como o custo de manutenção do cafezal, a idade das lavouras de café, as geadas, a ferrugem, a descapitalização dos cafeicultores; d) locais: como o relevo regional e os solos regionais (MORO, 1991).

No Norte do Paraná e, conseqüentemente em Maringá, no final da década de 1960, foi sendo introduzida gradativamente a pecuária e, posteriormente, a soja e o trigo, essas novas culturas implementadas exigiram modernização de técnicas. O governo passa a desestimular a cultura cafeeira e a incentivar outros tipos de atividades agrícolas. Com a monocultura cafeeira em crise atinge também os pequenos produtores, pois eles não possuíam condições financeiras para se adequarem ao novo modelo de produção.

Enfim a modernização, na cadência da penetração do capitalismo no campo, introduziu novas relações de trabalho e de produção, em lugar das que até então se mantinham no espaço agrário, ao abalar o modelo tradicional voltada à pequena propriedade e ao trabalho familiar e ao incrementar um novo modelo voltado à empresa agropecuária capitalista que para progredir necessitou de grandes extensões de terra, de máquinas agrícolas, de insumos químicos, de sementes selecionadas e de um grande elenco de recursos, outros que jamais poderiam ser imaginados ou estar ao alcance do pequeno produtor pioneiro (SERRA, 1991, p. 170-171).

O município de Maringá, a partir da década de 1970, gradativamente passa para uma agricultura moderna, capitalista, com a utilização de tecnologia e insumos, voltada à agroindustrialização, definindo-se assim como polo agroindustrial. Em função disso, o êxodo rural instala-se com intensidade, conforme relata Endlich e Moro (2003).

Com a política governamental de erradicação do café no Norte do Paraná, financiado pelo Governo, o Complexo Cafeeiro cedeu lugar para o Complexo Agroindustrial. Houve, assim, uma maior diversificação de culturas, as lavouras temporárias passaram a predominar sobre a lavoura permanente (café) nas terras roxas de Maringá, em especial a soja, o trigo e o milho. Essa

diversificação foi mais intensa a partir da década de 1980, para atender ao mercado e às agroindústrias regionais, viabilizando, assim, a permanência de alguns pequenos produtores no campo. Com isso, outros plantios passaram a fazer parte da paisagem rural do Norte do Paraná: laranja, stévia, amoreira, uva, mandioca, legumes e verduras. De acordo com Endlich e Moro (2003), as pastagens, destinadas à criação do gado leiteiro, começaram a ser mais significativas no Norte Novíssimo.

Na década de 1970, com a modernização da agricultura, começa a ser modificada toda aquela estrutura realizada pela CMNP no município de Maringá, com área urbana circundada por cinturão verde repartido em chácaras, que servia aos estabelecimentos da população urbana:

O cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa a sua desterritorialização. As pequenas chácaras são presas fáceis da expansão urbana, da especulação imobiliária e da própria dinâmica contraditória da modernização agrícola (MORO, 2003, p. 62).

Paradoxalmente, porém, a modernização da agricultura traz, também, benefícios ao campo, pois este passa a fornecer matéria-prima à agroindústria, que, por sua vez, com suas atividades agroindustriais, passa a representar o principal segmento produtivo da cidade (MORO, 2003).

Nesse processo de modernização da agricultura brasileira, sobretudo durante a década de 1970, até por volta de 1983, o crédito rural foi subsidiado pelo governo. Entretanto, favoreceu principalmente as maiores propriedades agrícolas, nas regiões mais desenvolvidas do país e em culturas mais tecnificadas e de maior peso na balança comercial (REGO E WRIGHT¹⁴, 1981, apud MORO, 1991).

¹⁴REGO, A.J.C.; WRIGHT, C.L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, v.19, n.2, p.235, 1981. *In*: MORO, D.A. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço rural no Norte do Paraná**. Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

6 ANÁLISE DO CENSO AGROPECUÁRIO E DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

As análises aqui realizadas tiveram como base dados disponíveis dos Censos Agropecuários e Demográficos fornecidos pelo IBGE (1970-2014) e informações obtidas no IPARDES (1983-2013) a respeito da agricultura familiar. De acordo com o IBGE (2006, p.1), “O Censo Agropecuário é uma operação estatística em grande escala realizada periodicamente para reunir, processar e difundir dados sobre a estrutura dos setores agropecuário, florestal e aquícola do País”. Os dados da exploração agrícola, do uso e do aproveitamento da terra, bem como das áreas cultivadas, da mão de obra e de outros insumos agropecuários são coletados diretamente em todos os estabelecimentos agropecuários.

6.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MARINGÁ, PERÍODO 1970 A 2006

Um dos principais aspectos observado no Censo Agropecuário do município de Maringá, do ano de 1970 (Tabela 1), foi a predominância das propriedades rurais¹⁵ de grupos de áreas de 10 a 50ha, com a área de 24.446ha (56%). Em segundo lugar, foram os grupos de áreas inferiores a 10ha de extensão, com os 7.001ha (16%), que correspondiam às chácaras localizadas ao redor do núcleo urbano, destinadas à pequena lavoura, à horticultura e à prática da lavoura cafeeira utilizando apenas da mão-de-obra familiar.

Entretanto, simultaneamente até o ano de 2006, ocorreu uma expressiva diminuição tanto do número de estabelecimentos (absoluto), quanto de áreas (absoluto). Com isso, a situação se inverte, pois há um predomínio maior de

¹⁵As propriedades rurais podem ser classificadas, quanto à sua dimensão, em: mini - menor que 10ha; pequeno - de 11 a 50ha; médio – de 51 a 200ha; grande – acima de 201ha. (BLUM, 2001, p. 69). A Lei 8.629/93, adota como referência de área o módulo fiscal para a classificação fundiária do imóvel rural. O módulo fiscal para Maringá equivale, em média, a 14ha que corresponde a 5,78 alqueires paulistas. Sendo assim, é considerada pequena propriedade em Maringá, o imóvel rural que possui de 1 módulo fiscal (14ha, que corresponde a 5,78 alqueires) até 4 módulos fiscais (56ha, que corresponde a 23,14 alqueires).

áreas com mais de 100ha, que, de 6.750ha (16%), no ano de 1970, sobe para 16.522ha (58%), no ano de 2006. No entanto, na questão de número de estabelecimentos¹⁶, o predomínio é para os grupos de áreas com menos de 10ha (446), que corresponde a 54%.

Tabela 1: Estrutura Fundiária: Estabelecimentos agropecuários por grupo de área (hectares) e por número de estabelecimento (unidades) em Maringá

Grupos de área	PERÍODO											
	1970				1995/96				2006			
	Área		Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área		Estabelecimento	
	Ha	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%	Nº	%
0 a 10 ha	7.001	16	1.480	50.9	2.046	6	323	38	1.685	5.9	446	54
10 a 50 ha	24.446	56	1.318	45.4	11.473	35	394	46	6.217	22	250	30
50 a 100 ha	5.035	12	71	2.4	7.376	22	75	9	3.998	14	56	7
Mais de 100 ha	6.750	16	37	1.3	12.319	37	59	7	16.522	58	75	9
Total	43.852	100	2.906	100	33.214	100	851	100	28.422	100	827	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1995/96 e 2006.

Organização: Oyama, T.K. 2014.

Verifica-se (Tabela 1) em Maringá, em 2006, o predomínio de grupos de área com mais de 100ha (58%), resultado, da tendência da concentração fundiária. Dessa forma, a pequena propriedade está perdendo área, ocorrendo uma concentração fundiária, formando as médias e grandes propriedades. “Não obstante o aumento do número de estabelecimentos agropecuários no Estado, é importante colocar que os resultados do Censo apontam para a continuidade do movimento de concentração fundiária” (IPARDES, 2006). Em questão de número de estabelecimentos, o predomínio é dos grupos de área de 0 a 10ha (dos considerados chácaras), com suas 446 unidades (54%).

¹⁶De acordo com a definição utilizada pelo IBGE, estabelecimento agropecuário “é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador, independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável” (IBGE, 2006).

6.2 NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

A tabela 2 demonstra que o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar da microrregião de Maringá é predominante, pois corresponde a 79,44%.

Tabela 2: Número de Estabelecimentos Agropecuários segundo a condição do produtor em relação à Agricultura Familiar e não familiar - 2006

País, Região, Estado, Mesorregião, Município	Total	Agricultura não familiar (Abs.)	%	Agricultura familiar (Abs.)	%
Brasil	5.175.489	807.587	15,60	4.367.902	84,40
Sul	1.006.181	156.184	15,52	849.997	84,48
Paraná	371.051	68.144	18,37	302.907	81,63
Norte Central	54.272	12.865	23,70	41.407	76,30
Maringá	827	170	20,56	657	79,44

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organização: OYAMA, T.K. 2014.

Na tabela 3, constata-se que, em questão de área de estabelecimentos agropecuários, o predomínio é para a agricultura não familiar, com exceção de Maringá, mas com pouca margem de diferença. Observa-se, também, que no Brasil a agricultura familiar ocupava uma área de 80.250.453ha, que corresponderia a apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros IBGE (2006). Entretanto, verifica-se que ela ocupa apenas um quarto da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, mas produz mais alimentos para a população brasileira em menor área, pois é responsável por 70% dos alimentos produzidos no país.

Tabela 3: Área de Estabelecimentos Agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar e não familiar – 2006

País, Região, Estado, Mesorregião, Município	Total (ha)	Agricultura não familiar (ha)	%	Agricultura familiar (ha)	%
Brasil	329.941.393	249.690.940	75,70	80.250.453	24,30
Sul	41.526.157	28.459.566	68,54	13.066.591	31,46
Paraná	15.286.534	11.036.652	72,20	4.249.882	27,80
Norte Central	2.390.405	1.836.732	76,84	553.673	23,16
Maringá	28.422	13.181	46,37	15.241	53,63

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Organização: OYAMA, T.K. 2014.

Conforme as informações contidas na tabela 3, ainda há uma concentração fundiária no país, ou seja, há desigualdade na distribuição da terra. No entanto, em Maringá, de acordo com os dados do IBGE (2006), o número de áreas de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar está quase que equiparados ao não familiar, ou seja, das 28.422ha da área total de estabelecimentos, a agricultura familiar ocupa 53,63% desse município. Para tanto, Maringá não apresentou uma estrutura fundiária tão concentrada.

6.3 UTILIZAÇÃO DA TERRA EM MARINGÁ

O Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 4) mostra que o uso da terra da lavoura permanente (cafeicultura) em Maringá diminuiu de 19.537 hectares (1970) para 994 hectares (2006), perdendo, desse modo, espaço para a lavoura temporária que, de 8.053 hectares (1970), aumentou para 21.558 hectares (2006). Verifica-se, também, a grande predominância da lavoura cafeeira até a década de 1970, que foi praticada principalmente nas pequenas e nas médias propriedades em que era cultivada pelas famílias.

As condições favoráveis que Maringá oferece, como o clima e a topografia, são favoráveis à mecanização do algodão e, principalmente, à soja, tanto que, a partir da década de 1970, essas culturas temporárias foram substituindo gradativamente a lavoura de café, sobretudo, após a política de erradicação deste. Dessa forma, em função de novas técnicas agrícolas, Maringá sofre significativas transformações na sua organização, as quais passam a refletir também na organização social e econômica do seu território (MORO, 1980).

Tabela 4: Utilização das terras (unidades/hectares) em Maringá nos anos de 1970, 1995/96 e 2006

Utilização das Terras	Ano					
	1970		1995/96		2006	
	Área (ha)	Número	Área (ha)	Unidade	Área (ha)	Número
Total	43.852	2.906	33.214	851	28.422	827
Lavoura permanente	19.537	2.324	1.901	410	994	273
Lavoura temporária	8.053	1.584	21.838	846	21.558	591
Pastagens naturais	2.098	294	1.433	158	1.152	164
Pastagens plantadas	9.545	1.439	4.720	441	1.131	155
Matas e florestas naturais	1.341	234	1.110	251	2.595	381
Matas e florestas artificiais	217	247	502	151	34	24
Áreas em descanso (pousio)	1.030	361	193	45	0	0

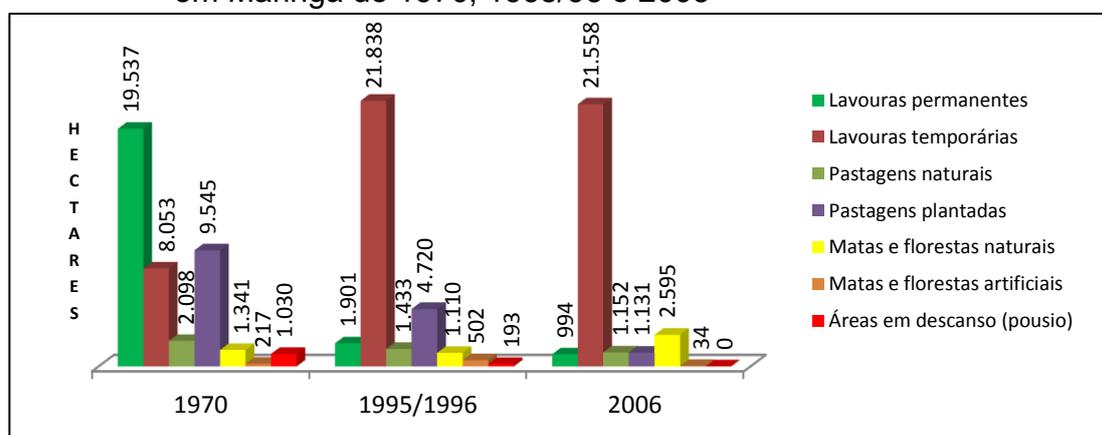
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1995/96 e 2006.

Organização: OYAMA, T.K. 2014

A figura 7 a seguir evidencia que a lavoura permanente foi a que predominou até o período 1970, ou seja, 19.537 hectares de terras foram destinados à cultura cafeeira, que se tornou a responsável pela expansão econômica de Maringá e do Norte do Paraná. Segundo Padis (1981, p. 112), “A consolidação econômica da região, contudo, não se fará através do café, mas com os recursos provenientes de seu cultivo alocados em outras atividades”.

A figura 7 também aponta que a cultura do café apresentou uma acentuada redução da década de 1970 até 1995, devido à erradicação contínua dos cafezais. As culturas temporárias, como o trigo, o algodão, o feijão, a soja e o milho, por sua vez, sofreram uma significativa expansão.

Figura 7: Evolução das principais formas de utilização das terras (hectares) em Maringá de 1970, 1995/96 e 2006



Fonte: Tabela 4.

Dessa forma, nesse processo de substituição de culturas, foi ocorrendo a modernização da agricultura paranaense, ou seja, a substituição da lavoura permanente (café) pelas culturas temporárias, fato que, segundo Moro (1991), contribuiu significativamente para agilizar a modernização agrícola.

6.3.1 Utilização da terra pela agricultura familiar em Maringá, período de 2006

Conforme pode ser observado no quadro 1, a lavoura temporária é a atividade econômica que utiliza maior área atualmente nesse município. No segmento de lavoura temporária a soja (Anexo 1) adquire maior expressão como cultura cultivada, com uma área de 3.826ha e com 158 estabelecimentos que a cultivavam. A lavoura cafeeira, que nas décadas anteriores era a principal cultura de Maringá e região, no ano de 2006 era cultivada por apenas 71 estabelecimentos, totalizando uma área de 550ha (Anexo 1).

Nos grupos de horticultura e floricultura (Anexo 1), refere-se à atividade de legumes e outros produtos da horticultura com um número de estabelecimento correspondente à 97 unidades e 385ha, e com apenas 2 estabelecimentos utilizando 2ha com o cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais.

Quanto ao grupo de pecuária e criação de outros animais (Quadro 1), refere-se à criação de ovinos, bovinos, caprinos, suínos, aves e outros animais (Anexo 1).

Quadro 1: Utilização das terras (unidades/hectares) em relação aos grupos da agricultura familiar em Maringá – 2006

Grupos	(Unidades)	(Hectares)
Total	599	7.077
Produção de lavouras temporárias	264	4.916
Produção de lavouras permanentes	110	766
Horticultura e floricultura	97	385
Pecuária e criação de outros animais	124	1.000
Pesca	1	2
Aquicultura	3	8

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Organização: OYAMA, T.K. 2014.

O quadro 1 evidencia que, no município de Maringá, a agricultura familiar apresenta uma produção agropecuária diversificada. Tendo predominantemente a atividade da cultura temporária, sendo o cultivo da soja o de maior expressividade. Em segundo lugar encontra-se a pecuária e a criação de outros animais e em terceiro lugar, a lavoura permanente (café, uva, e outros tipos de frutas, exceto laranja), conforme pode ser observado no anexo1.

6.4 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

Segundo Moro (1991), com a modernização da agricultura regional e a substituição da cultura do café pela lavoura mecanizada, ocorreu a diminuição de pessoas ocupadas na produção agropecuária e, conseqüentemente, a aceleração do êxodo rural. No entanto, apesar desse fato ocorrido nas décadas anteriores, atualmente, dos agricultores que restaram no campo, de acordo com a tabela 5, ocorre a predominância, em termos absolutos, de ocupados familiares em relação aos não familiares na atividade agropecuária em nível de país, região, estado, mesorregião e município.

Tabela 5: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura familiar– 2006

País, Região, Estado, Mesorregião, Município	Total	Agricultura não familiar (Abs.)	%	Agricultura familiar (Abs.)	%
Brasil	16.567.544	4.245.319	25,60	12.322.225	74,40
Sul	2.920.420	679.122	23,30	2.241.298	76,80
Paraná	1.117.084	336.766	30,20	780.318	69,90
Norte Central	189.708	90.047	47,50	99.661	52,50
Maringá	2.481	1.023	41,23	1.458	58,77

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Organização: OYAMA, T.K. 2014.

No Brasil, em termos relativos, 74,4% do pessoal ocupado na agropecuária está na agricultura familiar, o que corresponde a 12.3 milhões de

pessoas. Para tanto, a análise evidencia a importância da agricultura familiar para o mercado de trabalho.

6.5 POPULAÇÃO RURAL E URBANA

Como foi verificado anteriormente, o principal produto agrícola responsável pela ocupação das terras do Norte do Paraná e da microrregião de Maringá, até o final da década de 1960, foi o café. Trata-se de uma cultura permanente que exige muitos cuidados e muita mão-de-obra, porém a diminuição de seu cultivo, em função de vários contratempos, resultou na migração de um grande contingente populacional para a zona urbana, provocando, desse modo, um forte êxodo rural a partir da década de 1970 (LUZ, 1997).

O Censo Demográfico de 1950 (Tabela 6) constatou que em Maringá havia apenas 38.588 habitantes, dos quais 7.270 eram residentes na zona urbana e 31.318, na zona rural. Na década de 1970, a população rural era de 21.476 (17,7%), e foi reduzindo até 2010, chegando a 6.424 (1,8%) habitantes, e o inverso ocorreu com a população urbana (Tabela 6).

Tabela 6: Distribuição da População Rural e Urbana em Maringá (1950-2010)

Período	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1950	38.588	7.270	18,84	31.318	81,16
1970	121.374	99.898	82,32	21.476	17,68
1991	240.292	234.079	97,40	6.213	2,60
2000	288.653	283.976	98,40	4.675	1,60
2010	357.077	350.653	98,20	6.424	1,80

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de Maringá em 1950,1970,1991, 2000 e 2010.

Organização: OYAMA, T.K. 2014.

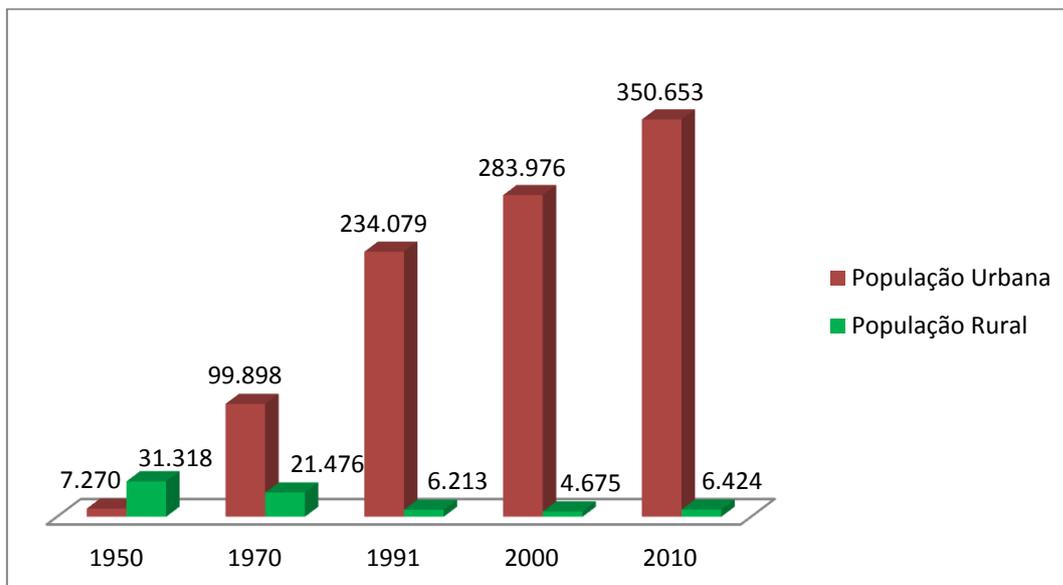
Os expropriados e expulsos do campo, atingidos pelo advento da geada de 1975 e pela implantação da mecanização agrícola, migraram da área rural de Maringá para esta cidade, assim como para as cidades vizinhas, a exemplo de Sarandi, Paiçandu, Astorga, Mandaguaçu e Floresta, que também acolheram significativos números de habitantes. Outros foram para lugares que

ainda estavam mais acessíveis à compra de terras, como o Paraguai, o Mato Grosso, Rondônia e o Acre (SERRA, 2001).

Segundo Serra (2001), para garantir a sobrevivência, muitos trabalhadores rurais desempregados que moravam nas periferias dos espaços urbanos (os chamados “bolsões da miséria” que se formaram em torno das cidades paranaenses, assim como em Maringá) tentaram ganhar a vida como trabalhadores volantes ou “bóias-frias”, ou seja, morando na periferia urbana e trabalhando nas lavouras.

A figura 8 permite uma melhor visualização da dinâmica populacional maringaense, da década de 1970 até 1991, período em que a população urbana maringaense praticamente mais que duplicou, ou seja, de 99.898 habitantes na década de 70, passou para 234.079 habitantes em 1991 (SERRA, 1986). Foi também um período em que o esvaziamento populacional da zona rural passou a ser uma constante, a partir da modernização da agricultura que, na região Norte do Paraná, produziu o seu grande impacto, de um lado ao substituir o café pelas lavouras mecanizadas de soja e de trigo, pela cana-de-açúcar e ainda pelas pastagens plantadas e, de outro lado, ao substituir o trabalhador braçal pelo trator e por outras máquinas agrícolas.

Segundo Moro (1991), a modernização da agricultura regional, com elevado grau de mecanização (“um dos principais indicadores é o emprego de tratores nas tarefas agrícolas”), e a desestabilização do mercado cafeeiro desencadearam um acentuado êxodo rural a partir da década de 1970. Como pode ser observado na tabela 6, em 2010 a população urbana maringaense correspondia a 98,20% e a população rural, a apenas 1,8%.

Figura 8: População Urbana e Rural em Maringá de 1950 – 2010

Fonte: Tabela 6.

Na figura 9, observa-se a dinâmica do crescimento da cidade de Maringá, comparando os anos de 1950, 2003 e 2014. Em 1950, após a fundação do município, ainda havia um vazio demográfico, mal havia desbravada a floresta estacional semidecidual. Essa sucessiva expansão urbana ocorreu, principalmente em função da migração maior, advinda de outras regiões ou estados (migração interna), e da menor, vinda de áreas rurais circunvizinhas (1950 a 1960), sucedendo, portanto, um processo rápido de urbanização (LUZ, 1997).

A partir da década de 1960, devido à modernização do campo, com o café cedendo espaço para a soja e o trigo e, conseqüentemente, com o uso cada vez menor da mão-de-obra, acentuou-se o êxodo rural, contribuindo no crescimento da população urbana. Em meados da década de 1970, a CMNP perdeu o controle imobiliário do espaço urbano e, a partir daí, o benefício dos loteamentos periféricos coube aos particulares (ANGELIS, *et al.*, 2007)

Figura 9: Vista aérea parcial de Maringá (1950, 2003 e 2014)



Fonte: (Foto: 1950) Revista A Pioneira - 1951 / Acervo Maringá Histórica. Imagem Google Earth (Recorte da área central de Maringá 2003 e 2014). Disponível em: <www.google.com.br/earth/download/ge/agree.html>. Acesso em: 05 dez. 2014.
Organização: OYAMA, T.K. 2014.

Na figura 9, verifica-se, de 1950 a 2014, a expansão da cidade de Maringá para todas as direções e a transformação do “cinturão verde” (que circundam essa cidade planejada, com a função de abastecer as populações urbanas com seus produtos alimentícios) em áreas urbanas por parte dos agentes produtores do espaço urbano. Observa-se na figura 9, que de 2003 a 2014, ou seja, em apenas quase uma década, houve uma rápida verticalização em um dos poucos espaços vazios que resta do solo urbano na área central de Maringá, o chamado de “Novo Centro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se até o momento que, a partir da década de 1970, o espaço rural maringaense passou por transformações, pois devido à vários fatores como as geadas, o estímulo do governo à cultura temporária como a soja, o trigo e o milho, a modernização da agricultura, dentre outros fatores, as pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e na monocultura do café foram perdendo espaço para as médias e grandes propriedades, pois as lavouras temporárias exigem mais terras a serem cultivadas (com algumas exceções, por exemplo, a fruticultura, a suinocultura e a avicultura). Apenas os pequenos agricultores que possuíam condições financeiras conseguiram se manter no campo, pois, ao aderirem à modernização da agricultura, mesmo em áreas menores, alcançaram maiores produções agrícolas.

Com a introdução da lavoura temporária, o processo de urbanização de Maringá foi se tornando mais intenso em função do êxodo rural. Os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros foram expulsos do meio rural. O pequeno agricultor, sem poder aquisitivo para se integrar ao novo modelo agrícola, sem condição de arcar com o custo tecnológico e financeiro para se adequar à modernização da agricultura, sem tecnologia apropriada para a geração de valor agregado em pequenas áreas e sem condições de expandir suas propriedades, não teve outra alternativa a não ser desfazer-se de suas propriedades, abandonar o campo e tentar a vida na cidade ou até em outros estados.

Os pequenos estabelecimentos agropecuários que circundam a área urbana de Maringá foram atingidos pelo fenômeno da modernização da agricultura, dificultando portanto, a sua sobrevivência.

Ao analisar os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), verificou-se que atualmente, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, a maioria dos imóveis rurais no Brasil é caracterizada por pequenas e médias unidades produtivas, em que se pratica em grande parte a agricultura familiar, conforme foi verificado na tabela 2. De um total de 5.175.489 (Tabela 2) estabelecimentos agropecuários, 4.367.902 são de agricultura familiar (84,4%) e os 807.587 restantes são de agricultura não familiar (15,6%). De acordo com

os indicadores agropecuários de 2006, a predominância do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar não é somente em nível de Brasil, mas também em nível de região, de mesorregião, do estado do Paraná e também do município de Maringá.

Conforme os dados da tabela 3, há um predomínio na questão de estabelecimentos agropecuários por grupo de área (hectares) da grande propriedade, no Brasil, na região Sul, no Paraná e no Norte Central, em Maringá, no entanto, a concentração fundiária apresenta-se em menor intensidade comparada a outros municípios do Paraná e de outros estados.

Verificou-se que em relação a Maringá, atualmente, o agricultor familiar que trabalha com uma diversidade de produtos e com a tecnologia adequada no campo, tem condição econômica de manter-se em sua propriedade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva. vol. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

_____. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência & Tecnologia – vol. 15, n.1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

BUAINAIN, Antônio Marcio. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local**: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos. 2010.267 f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Angelis, Bruno Luiz Domingos de, *et al.* A (des) mistificação do “Verde” de Maringá – um desafio a ser (re)pensado. In: Macedo, O.L.C.; Cordovil, F.C.S.; Rego, R.L. (Orgs.). **Pensar Maringá: 60 anos de Plano**. Maringá: Massoni, 2007.

BRASIL. Leinº11.326,de24dejulhode2006.**Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais** (Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 6 jun. 2014.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____.Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutasdoImpério**.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em 24 jun. 2014.

_____. Decreto nº 59.428/66. **Colonização e outras formas de acesso à propriedade**.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. Lei nº 6.746/79. **Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 14 ago. 2014.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: Estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J.C. (orgs). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: ed. UPF, 2001. p. 57-104.

CARVALHO, José Baptista. de. **A verdadeira História das Capitânicas Hereditárias:** no processo da ocupação territorial e defesa do Brasil. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.

CODESUL. Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. **Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná.** Curitiba, 1976.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo, 1975. (Publicação Comemorativa dos 50 anos da CMNP)

CORRÊA JR. João Antonio. **O Trem de Ferro.** Maringá: Editora 5 de abril, 1991.

DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R. (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). Eduem - Maringá, 1999.

EMBRAPA-IAPAR. **Levantamento e reconhecimento de solos do Estado do Paraná.** Londrina. n. 1, set. 1991.

ENDLICH, A.M.; MORO, D. A. Maringá e a Produção do Espaço Regional. In: MORO, D.A. (Org.). **Maringá Espaço e Tempo** – Ensaio de Geografia Urbana. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá: UEM, P. 9-47, 2003.

FAJARDO, S.; MORO, D. A. O complexo agroindustrial e a atuação da cooperativas agrícolas no Norte Central do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia,** Maringá, n.1, v.18, p. 85-111, 2000.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014.** Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-familyfarming/pt/>>. Acesso em ago. 2014.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1970** – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Censo demográfico – 2000**. Série Regional, Rio de Janeiro, IBGE. 2001.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar- Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultfao.asp?=-p&0=2&l=p>>. Acesso em 02 set. 2014.

_____. **SinopsedoCensoDemográfico2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. **CensoDemográfico2014**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

_____. **IBGE. Notastécnicas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Nova Configuração Espacial do Paraná**. Curitiba, IPARDES, 1983, 140p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/nova_configuracao_espacial_07_83.pdf>. Acesso em 29 ago. 2014.

_____. **Caderno Estatístico Município de Maringá**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87000>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuario_2006.pdf>. Acesso em: 02 set. 2014.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Edição Prefeitura Municipal de Maringá, vol. XVI, 1997, 217p.

_____. **O Fenômeno Urbano numa zona pioneira: Maringá.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná.** UFPR. Curitiba, 1968.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná:** ocupação e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2005.

_____. **História do Paraná:** relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira. Maringá, Eduem, 2012. 120p. (Coleção Formação de Professores – EAD; v.60).

MONTOYA, M.A.; GUILHOTO, J.J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J.C. (orgs). **Agricultura familiar:** Realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: ed. UPF, 2001. p.179-217.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura Paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (org.) **Geografia Social e Agricultura.** Maringá: PGE – UEM, 2001.

_____. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. In: **Boletim de Geografia** da Universidade Estadual de Maringá, Ano 16 – Número 1 – 1998.

_____. **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá.** 1980. p.168. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. (Org.). **Maringá Espaço e Tempo** – Ensaio de Geografia Urbana. Programa de Pós- Graduação em Geografia, Maringá: UEM, 2003.

_____. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço rural no Norte do Paraná.** Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

NAKASHIMA, P.; NÓBREGA, M. T. **Os solos do Terceiro Planalto Paranaense.** Encontro Geotécnico do Terceiro Planalto Paranaense, 1., 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: ENGEOPAR, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira** – crítica à razão dualista. 5. ed. Edições Cebrap. Petrópolis, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: FAO/Incra, 1996. In: TEDESCO,

J.C.(Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo-RS,UPF, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

REIS, Osvaldo. **Maringá 1947-2004 -A história em conta-gotas**. Ed. Primavera. Maringá, 2004.

RODERJAN C.V.; GALVÃO F.; KUNIYOSHI Y.S.; HATSCHBACH G.G. 2002. **As unidades fitogeográficas do estado do Paraná**. *Ciência & Ambiente* 24: 75- 92.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudeste do Paraná e a modernização da agricultura no Sudeste do Paraná na década de 1970**. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/viewFile/17780/11607>> Acesso em: 15 jul. 2014.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp/Rio Claro, 1986.

_____. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**, 1991. 361p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

_____. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná**. *Boletim de Geografia – UEM* - ano 10 – número 01, 1992.

_____. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná**. In: *Boletim de Geografia DGE-UEM*, a.19, n.01, p. 45-58, Maringá, 2001.

_____. **A relação entre a apropriação da terra, seu uso econômico e conflitos rurais no Paraná**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-26.

SILVA, S.A. *et al.* **O Paraná de Todas as Cores**. Curitiba: Base, 2001.

Silva, José Francisco Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, Paul. **O Capitalismo**: Sua Evolução, Sua Lógica e sua Dinâmica. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1991.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-49.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In. **Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná** – Codesul, 1976.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In. FALEIRO, F.G.; FARIA NETO, A.L.de (Orgs.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.

TAVARES, Vânia P. *et al.* **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1979. 212 p.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo-RS: ed. UPF, 2001. p. 107- 148.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba Paraná, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (Re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R.(Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). Eduem - Maringá, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: ed. UPF, 2001. p. 21-55.

ZAMUNER, L.D. **Erosão urbana em Maringá-Pr: o caso do Parque Florestal dos Pioneiros - Bosque II**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

ANEXO 1

Quadro 1: Número e área de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, por condição do produtor em relação aos grupos e classes de atividade econômica em Maringá - 2006

Grupos e classes de atividade	Variável	
	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Hectares)
Total	599	7.077
Produção de lavouras temporárias	264	4.916
Cultivo de cereais	51	709
Cultivo de cana-de-açúcar	8	90
Cultivo de soja	158	3.826
Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	3	7
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	44	284
Horticultura e floricultura	97	385
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	95	383
Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	2	2
Produção de lavouras permanentes	110	766
Cultivo de laranja	-	-
Cultivo de uva	5	18
Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	18	151
Cultivo de café	71	550
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	16	46
Pecuária e criação de outros animais	124	1.000
Criação de bovinos	68	612
Criação de outros animais de grande porte	1	2
Criação de ovinos e caprinos	6	38
Criação de suínos	16	81
Criação de aves	24	171
Criação de outros animais	7	38
Produção florestal - florestas plantadas	1	1
Produção florestal - florestas nativas	1	56
Pesca	1	2
Pesca em água doce	1	2
Aquicultura	3	8
Aquicultura em água doce	3	8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.